

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

PALOMA PATRÍCIA ARIAS SCHUTEL

**BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA:
DIREITO SOCIAL RESTRITO, PORÉM NECESSÁRIO**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL

DEFENDIDO E APROVADO

EM: 10/07/09


Rosana Maria Gaio
Coord. de Estágio e TCC
Curso de Serviço Social/CSE/UFSC

**FLORIANÓPOLIS, SC.
2009/01**

PALOMA PATRÍCIA ARIAS SCHUTEL

**BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA: DIREITO SOCIAL
RESTRITO, PORÉM NECESSÁRIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Banca Examinadora do Curso de Graduação em
Serviço Social do Centro Sócio-Econômico da
Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Maria Teresa dos Santos, Dr^a.

**FLORIANÓPOLIS, SC.
2009/01**

PALOMA PATRÍCIA ARIAS SCHUTEL

**BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA:
DIREITO SOCIAL RESTRITO, PORÉM NECESSÁRIO**

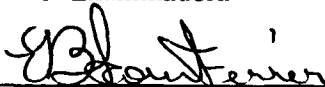
Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social e aprovado atendendo às normas da lei vigente da Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Graduação em Serviço Social em 10 de julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª Maria Teresa dos Santos (UFSC)
Orientadora



Profª. Drª Ana Maria Baima Cartaxo (UFSC)
1ª Examinadora



Assistente Social Elisabeth Bahia Spinola Bittencourt Férrer (Previdência Social)
2ª Examinadora

AGRADECIMENTOS

Ao longo destes quatro anos e meio, onde tive a oportunidade de dedicação ao curso de graduação, muitas pessoas fizeram-se presentes. Agora agradeço com sinceridade a todos que participaram desse processo e que contribuíram de alguma forma para a concretização deste sonho.

Agradeço primeiramente a Deus que sempre esteve ao meu lado e pelas pessoas especiais que colocou em minha vida.

Agradeço a minha mãe Lillian, mulher batalhadora, que criou suas quatro filhas com dificuldade e amor.

Ao meu namorado Eduardo, amigo e companheiro, te agradeço pela paciência, força e compreensão no decorrer destes mais de oito anos. Sem você nada seria possível.

As minhas irmãs Suellen, Tamara e Sara, pelo apoio e carinho ao longo desta caminhada. Vocês me ensinaram que com a diferença também podemos crescer. Amo todas vocês.

Agradeço a professora e orientadora Maria Teresa pela honra de ser sua orientanda, pela sua paciência, dedicação e calma que transmitiu-me ao longo da construção deste trabalho. Você ficará pra sempre em meu coração.

Agradeço a minha colega e amiga assistente social Cleusa que sempre esteve ao meu lado. Amiga sua força de vontade é minha inspiração.

As minhas colegas Milene, Pamela, Débora Cristina, Patrícia Carmen e Arnaldo que tornaram essa trajetória mais doce e alegre.

A todos profissionais da Gerência de Atenção ao Idoso e do Programa de Apoio Sócio Assistencial que possibilitaram-se uma experiência de estágio única, em especial a Flávia, Rose, Mirian, Albertina, Lú, Mônica, Cris, Veranete, e Maria Lúcia. A todas vocês, meu muito obrigada.

A assistente social Carla, minha supervisora de campo pelo apoio e por ter me ensinado mais sobre a prática profissional.

A minha primeira supervisora de campo e hoje amiga Maria da Graça, seu amor pela profissão motiva-me todos os dias. Obrigada pela confiança, cumplicidade e pelos momentos de descontração.

A todos os idosos que tive contato no recorrer de meu estágio, pelos exemplos e lições de vida.

Aos professores do Departamento de Serviço Social, pela contribuição por minha formação profissional.

E obrigada ao Serviço Social, pois não sou a mesma.

*“A vida sem reflexão não
merece ser vivida” (Sócrates)*

*Dedico este trabalho à minha
mãe Lillian, por suas orações, por
sempre acreditar e pelo amor
incondicional*

RESUMO

SCHUTEL, Paloma Patrícia Arias. **Benefício de Prestação Continuada: direito social restrito, porém necessário.** 2009. f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o Benefício de Prestação Continuada, como um direito social, previsto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica da Assistência Social. A experiência de estágio realizada no setor de Avaliação para Concessão de Benefícios da Gerência de Atenção ao Idoso – GAI, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis durante o período de setembro de 2007 a março de 2009, foi o ponto de partida para a construção do objeto de pesquisa que indaga se o Benefício de Prestação Continuada pode ser considerado um efetivo direito do idoso no campo da assistência social. Para tanto, optou-se por um estudo de caráter exploratório, bem como pela pesquisa documental-bibliográfica. Os resultados da coleta de dados evidenciou um número muito reduzido de usuários atendidos na GAI e que receberam o benefício, reforçando a percepção de que os critérios para inclusão no BPC, são altamente excludentes, como revela o perfil dos usuários demandantes do BPC a partir do referido setor da GAI. Conclui-se daí que o BPC estabelece-se como um direito social constitucionalmente garantido e reconhecido, ainda que restrito e insuficiente.

Palavras-chave: Benefício de Prestação Continuada. Direitos Sociais. Idoso.

LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CEAS - Centro de Estudo e Ação Social

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CIAPREVI – Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa

CMI – Conselho Municipal do Idoso

CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família

GAI - Gerência de Atenção ao Idoso

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LBA - Fundação Legião Brasileira de Assistência

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB - Norma Operacional Básica

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF - Programa de Atenção Integral à Família

PASA - Programa de Atenção Sócio Assistencial

PL – Projeto Lei

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PROAPS - Programa de Apoio Psicossocial ao Idoso e sua Família

PT – Partido dos Trabalhadores

SESAS - Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social

SESA - Secretaria Municipal de Educação

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 DIREITO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: SERVIÇOS PRESTADOS AO IDOSO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS.....	16
2.1 Algumas considerações acerca do Direito e Cidadania.....	16
2.2 Sobre o direito à assistência social na Constituição Brasileira de 1988	18
2.3 Elementos Históricos da Assistência Social no Brasil.....	20
2.3.1 Dos antecedentes à Constituição Federal de 1988.....	20
2.3.2 Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.....	24
2.4 Breve análise dos serviços de caráter social voltados ao idoso no município de Florianópolis.....	27
3 O ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO PREVISTA EM LEI.....	33
3.1 Sobre o significado do envelhecimento.....	33
3.2 A legislação de proteção ao idoso – breve trajetória e o contexto local.....	37
3.2.1 Estatuto do Idoso objetivando a garantia de direitos aos idosos.....	40
4 OS DEMANDANTES DO BPC E A GERÊNCIA DE ATENÇÃO AO IDOSO - GAI.....	43
4.1 Compreendendo o que é o BPC.....	43
4.2 Os demandantes do BPC e a GAI: entre deferidos e indeferidos – dados da realidade.....	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	62
APÊNDICE.....	66

Apêndice A – Folder Destinado aos Coordenadores dos Grupos de Convivência de Florianópolis

ANEXOS.....68

Anexo A – Requerimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC e Declaração sobre a composição do grupo e renda familiar do idoso e da pessoa portadora de deficiência.....68

Anexo B – Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995.....72

Anexo C – Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.....80

Anexo D – Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998.....94

Anexo E – Projeto de Lei nº 3077, de 2008.....96

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei 8.742/93, constituem marcos históricos de redefinição da assistência social no Estado brasileiro contemporâneo. Uma vez que a assistência social preconizada na Carta Magna e na LOAS passa a integrar o tripé da Seguridade Social, ao lado da previdência social e da saúde, onde prevê a universalidade de cobertura no campo da proteção social e, como política estratégica não contributiva, devendo ser desenvolvida no sentido de prevenir e superar as diferentes formas de exclusão social, asseverando os padrões de cidadania às parcelas desprotegidas e excluídas da população. Porém, a trajetória da Assistência Social no Brasil, iniciada na década de 1930, teve seu acesso mediado no campo do favor, da benemerência e do assistencialismo praticado pelas “primeiras damas”, sendo evidente o vínculo pessoal, e não público e de direito social.

A abordagem do tema tornou-se relevante na medida que podemos verificar que, ao longo do tempo, o segmento idoso foi ganhando visibilidade e adquirindo direitos essenciais para sua proteção e manutenção da vida. Ao mesmo tempo tais aquisições se mostraram frágeis, fragmentadas e focalistas, não garantindo a proteção social ampla preconizada.

Nestes termos, o presente trabalho tem como principal indagação a questão do Benefício de Prestação Continuada – BPC como direito no campo da assistência social. Neste sentido, o principal objetivo foi analisar o perfil daqueles usuários que demandam este benefício no setor de Avaliação para Concessão de Benefícios da GAI, no período compreendido entre 2007 à 2008.

Para tanto, optamos por um estudo de caráter exploratório, visto que são poucos os referenciais teóricos disponíveis referentes ao BPC, bem como, foram encontradas apenas três produções sobre o tema entre os trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, tornando um tanto desafiador a construção do presente trabalho. Optamos também pela realização de uma pesquisa documental-bibliográfica, onde utilizamos as poucas bibliografias disponíveis referente ao tema, bem como através de documentos institucionais, como relatório anuais, trimestrais e cadastros dos usuários. Opção esta que se configurou como a alternativa possível a exigüidade do tempo para a realização da presente monografia, bem como pela facilidade de acesso aos

registros documentais dos atendimentos realizados aos idosos na Gerência de Atenção ao Idoso – GAI e pelo setor de Planejamento, ambos até então integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS do município de Florianópolis.

A partir de tal investigação verificamos problemas como: contingente insuficiente e desqualificado para o atendimento do idoso em tal Gerência; Programas, Projetos e Serviços de caráter focalistas, com demandas muito acima do potencial dos mesmos, sendo que a efetivação destes, muitas vezes, aparece vinculada à expectativas de ordem econômica, refletindo em processos licitatórios morosos; a desarticulação entre a rede sócio-assistencial e a atuação de alguns profissionais que acabam perpetuando a pedagogia da “ajuda” entre os usuários.

A motivação para a realização desta pesquisa ocorreu a partir da prática de estágio curricular realizado na Prefeitura Municipal de Florianópolis, junto ao Setor de Avaliação para Concessão e Benefícios / Gerência de Atenção ao Idoso, no período de setembro de 2007 a março de 2009 e posteriormente de abril a julho de 2009 no Programa de Atenção Sócio Assistencial – PASA / Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Florianópolis.

As atividades desenvolvidas pela estagiária na GAI, e posteriormente no PASA, foram, dentre outras, de orientação e encaminhamento do BPC, o que a despertou para o estudo da trajetória histórica do referido benefício e suas contradições. Na observação empírica constatou-se que o BPC possui caráter extremamente focalista e se restringe às pessoas de extrema vulnerabilidade social, sendo assim, negando o direito universal assegurado através da “Constituição Cidadã” e ferindo a concepção de direito em sua plenitude.

Na primeira seção abordaremos questões conjunturais, tais como a Assistência Social, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, onde o Benefício de Prestação Continuada está previsto como benefício assistencial, que compreende a provisão de 1 (um) salário mínimo destinado ao idoso, a partir dos 65 anos e à pessoa portadora de deficiência que não tenha condições de prover sua sobrevivência.

Na segunda seção contemplamos os direitos dos idosos, a partir da Constituição Cidadã até o Estatuto do Idoso, passando pela exposição referente ao processo de envelhecimento.

E, por fim, a terceira seção apresenta uma análise detalhada do Benefício de Prestação Continuada – BPC, seu processo histórico e o perfil dos usuários que fizeram a requisição do benefício no setor de Avaliação para Concessão de Benefícios da Gerência de Atenção ao Idoso – GAI.

2 DIREITO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL: SERVIÇOS PRESTADOS AO IDOSO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA EM FLORIANÓPOLIS

Este trabalho tem como objeto a análise do Benefício de Prestação Continuada – BPC como direito adquirido pela pessoa idosa no Brasil. Para tanto, inicialmente, é necessária a reflexão acerca dos conceitos de direito – mais especificamente de direito social - e de cidadania, uma vez que tais concepções poderão contribuir para a compreensão da própria política de assistência social, como direito do cidadão e, neste caso mais especificamente, do idoso demandante do BPC. O BPC – como veremos nas seções subseqüentes – constitui-se segundo a Lei Orgânica da Assistência em um direito adquirido por segmentos específicos da sociedade, que, apesar de restrito, atende a uma parcela significativa da população usuária dos serviços da área da assistência social. Neste sentido, pensar o BPC no contexto do direito à assistência social implica contextualizá-lo no campo dos direitos sociais bem como, na sua operacionalidade na realidade local, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis, como trataremos adiante.

2.1 Algumas considerações acerca do Direito e Cidadania

Primeiramente abordaremos algumas categorias da obra de Ihering, onde o direito, para o autor, é destacado enquanto um processo de grandes lutas, onde o objetivo é a paz como “o fim que o direito tem em vista” (1995, p.1), que é adquirida a partir da luta, sendo que, a paz que desfrutamos é resultante de muitos conflitos. Para o autor, as inúmeras conquistas registradas ao longo da história, tais como: abolição da escravatura, liberdade da propriedade, das crenças, dentre outras, foram obtidas através de grandes e árduas lutas que perduraram, muitas vezes, por séculos. Neste sentido o autor coloca que: “O direito no seu movimento histórico apresenta-nos um quadro de lucubrações, de combates, de lutas, numa palavra, de penosos esforços.” (p.7).

Assim, o direito percorreu séculos através de lutas, por toda a trajetória da vida humana em sociedade. A conquista dos direitos humanos foi realizada através de lutas, tendo seus preceitos impugnados a quem deles se opunham.

Para Teles (1999, p.171) “[...] falar dos direitos sociais significa falar dos dilemas talvez os mais cruciais do Brasil (e do mundo) contemporâneo. Suscita a pergunta – e dúvida – sobre as possibilidades de uma sociedade mais justa e mais igualitária.”

Ainda segundo a autora, hoje a noção de direito se coloca em segundo plano, frente às exigências e poder do mercado. Os direitos são destituídos frente a estrutura social em que vivemos:

Além da evidente fragilização das condições de vida e trabalho de maiorias, a destituição dos direitos – ou, no caso brasileiro, a recusa de direitos que nem mesmo chegaram a se efetivar – significa também a *erosão das mediações políticas entre o mundo social e as esferas públicas*, de tal modo que estas se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissenso, de representação e negociação; é por via dessa destituição e dessa erosão, dos direitos e das esferas de representação, que se ergue esse consenso que parece hoje quase inabalável, de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos não há nada a fazer a não ser a administração técnica e suas exigências, que a sociedade deve a ele se ajustar e que os indivíduos, agora desvencilhados das proteções tutelares dos direitos, podem finalmente provar suas energias e capacidades empreendedoras. (TELES, 1999, p.187)

Para Vieira (2004) os direitos sofrem da falta de mediação concreta, ou seja, não se efetiva, não sai “da letra da lei” ficando no papel e não se concretizando. O autor sintetiza dessa maneira:

De modo geral, os direitos têm padecido da eliminação das mediações responsáveis por suas maneiras de ser e de existir, omitindo-se as negatividades e conseqüentemente seus movimentos. Como produto da sociedade, os direitos têm sofrido a ação da busca do imediato, da direção única, da naturalização, da homogeneidade, mas sobretudo têm sofrido da falta de mediações. (p.59).

E continua.

Na realidade, não existe direito sem sua realização e sem suas mediações. Do contrário, os direitos e a política social continuarão presa da letra da lei irrealizada, do direito positivo, do niilismo de valores; ou então do direito natural, histórico ou não, do apriorismo dos princípios e das leis, que estão sempre onde não são esperados. (p.61).

A partir das considerações acima, podemos verificar que o Direito muitas vezes existe somente nas legislações, seja através da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso, dentre outros, embora inscrito de modo legal, o direito em sua amplitude, acaba não se libertando do papel.

E como falarmos de direito sem remeter ao conceito de cidadania?

O conceito liberal de cidadania, por Marshall, considera três elementos, que o autor denomina: civil, político e social. Em sua obra o autor assinala, que:

O elemento civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito a propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas

com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (1967, p. 64).

A concepção de cidadania de Marshall (1967) é criticada por autores na mesma medida em que se reconhece os limites desta concepção nos marcos do capitalismo. Contudo, dentre as concepções de cidadania pesquisadas¹ a referenciada por Maria de Lourdes Manzini Covre (1995) é a mais objetiva e clara, quando afirma que:

A cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo. (p.11)

E não é possível falar de direitos sociais no Brasil, sem citar a Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 6º assevera que: “ [...] são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

Porém esses direitos dependem da intervenção do Estado e de favoráveis condições econômicas para serem garantidos. Condicionando-se à predisposição orçamentária mesmo, até porque são viabilizadas a partir de políticas públicas.

2.2 Sobre o direito à assistência social na Constituição Brasileira de 1988

A Constituição Federal de 1988 foi uma grande conquista, ampliou os direitos civis, políticos e sociais, como também a percepção de cidadania e controle social. Dentre os “direitos sociais conquistados” estão: a igualdade entre os homens e mulheres perante a lei, tendo esses os mesmos direitos e obrigações; mandado de segurança coletivo; mandado de injunção; habeas corpus; habeas data, dentre outras. Dentre os direitos políticos estão: o direito dos analfabetos ao voto e o voto facultativo aos jovens entre 16 e 18 anos e aos maiores de 70 anos. Entre as conquistas no campo dos direitos sociais estão: a redução da jornada de trabalho, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, e à

velhice, bem como o aumento do período de licença maternidade; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a integração e reintegração de portadores de deficiência na vida comunitária e a concessão de um salário mínimo mensal aos portadores de deficiência e aos idosos, que comprovem não possuir meios de manter-se ou ser mantido pela família.

A partir da Constituição, a seguridade passou a ser compreendida como dever do Estado, estendendo-se ao trabalhador rural, o que antes de sua promulgação não era garantido.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção de Assistência Social, definindo-a como política pública da Seguridade Social, que provê os mínimos sociais através de um conjunto articulado de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Acerca dos mínimos sociais, ou necessidades humanas básicas, como denomina Pereira (2007), compreende a proteção à saúde física - entendida como essência e condição básica de sobrevivência - e à autonomia do indivíduo - que confere a este a capacidade de eleger crenças e objetivos, de reconhecer sua importância e colocá-los em prática - que devem ser alcançadas pelas “necessidades intermediárias”, que segundo a autora, são: “alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de risco; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada e segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto” (PEREIRA, 2007, p.76). De acordo com a autora, tendo essas necessidades efetivadas a saúde e a autonomia também serão concretizadas.

Porém, não podemos deixar de analisar que os mínimos sociais aqui abordados podem ser definidos a partir de diferentes perspectivas, ou seja, na perspectiva do Estado Providência ou Estado de Bem-Estar Social, os mínimos são entendidos como necessidades que devem ser supridas pelo Estado. Ao contrário da perspectiva neoliberal, que vincula os mínimos sociais à extrema pobreza, onde o Estado somente deve intervir na situação de miséria.

Como política pública, a Assistência Social inicia seu trânsito para o campo dos direitos sociais, fundamentada na universalização dos acessos e na responsabilidade estatal.

A sua inserção na Seguridade Social indica o seu caráter de política de Proteção Social que, articulada às demais políticas do campo social, deve assegurar condições dignas de vida aos cidadãos, reconhecendo, portanto, a legitimidade de suas demandas.

¹ Pesquisamos: Décio Saes (2003); Paulo Meksenas (2002).

A Proteção Social é entendida como o conjunto de ações, cuidados, atenções e auxílios para a redução ou prevenção do impacto de situações de privação, abandono, violência, exploração, infortúnio ou de doença, na direção de garantia do desenvolvimento social e humano e dos direitos sociais. Deve garantir segurança, como de acolhida, de rendimento; de convívio familiar, comunitário e social; de desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social; e de sobrevivência a riscos circunstanciais, fundamentadas pelo caráter civilizatório presente na consagração dos direitos.

2.3 Elementos Históricos da Assistência Social no Brasil

2.3.1 Dos antecedentes à Constituição Federal de 1988

Para compreendermos melhor o contexto da assistência social do Estado brasileiro contemporâneo, faz-se oportuno realizar um breve resgate de alguns elementos históricos da trajetória da assistência social no Brasil, bem como de alguns fundamentos históricos do Serviço Social no país.

No decorrer das décadas de 1920 e 1930, ocorre um processo crescente de industrialização², o que gerava uma aumento da classe trabalhadora urbana, que desgastava-se em turnos de trabalho extensos e condições sub-humanas de trabalho. Grande parte deste contingente advinha-se do meio rural, ou seja, fazendo com que o processo de migração do campo para a cidade crescesse substancialmente; Passando do modelo agro-exportador, a partir da economia cafeeira, para o modelo urbano – industrial. Tem-se então a constituição da classe operária, onde a força de trabalho – que é a “capacidade ou o poder de trabalhar, que o trabalhador vende em troca de salário” (EATON, 1965, p. 78) - passa a ser uma mercadoria³, projetando o trabalho aos moldes capitalistas. Até este momento a autoridade absoluta eram os patrões, o governo não intervinha e fazia vistas grossas frente a absurdos. como a jornada de trabalho igual para todos – incluindo mulheres e crianças, o que incluía o mesmo ritmo de trabalho, inclusive noturno e salários inferiores.

² Cabe uma breve consideração acerca do processo de colonização e industrialização no estado de Santa Catarina, que se diferiu no restante do país. Onde de acordo com Zulamar de Castro (1997): “O sistema de colonização que imperou no estado catarinense, em regra geral e na maioria de suas regiões, se fez à base da pequena propriedade e do trabalho livre, com exploração agrícola diversificada (basicamente) para o consumo interno, local e regional”. Por outra lado o processo de industrialização: “No Brasil, inseriu-se historicamente no contexto de economia primária de exportação forjada na grande propriedade monocultora, continuando a reproduzir as grandes distâncias sociais, a indústria catarinense vai proceder do contexto os minifúndios, que evoluem sólida e lentamente, através de recursos autogerados nas pequenas unidades fabris, propiciando um processo de industrialização menos espoliatório e mais democrático”. (p.28)

³ Para Marx as mercadorias são artigos produzidos pelo esforço humano destinados para a troca. (EATON, p. 29)

Hoje, passado-se quase um século, essa situação não é muito diferente. O trabalho em condições precárias e sub-humanas; a exploração que não distingue sexo, idade ou raça; o desrespeito à direitos trabalhistas ainda está presente, talvez não de forma tão escancarada como no início do século XIX, porém essa é a realidade de muitos trabalhadores no Brasil. Assim, o trabalhador continua vendendo sua força de trabalho por valores irrisórios, gerando lucro para o mercado, porém o lucro não é repassado para si.

Neste período temos ainda, segundo Carvalho e Iamamoto (1982), o surgimento do movimento operário e com ele as primeiras associações, como: Socorro Mútuo e Caixa Beneficente (com fins assistenciais e cooperativos), Ligas Operárias, bem como, a Sociedade de Resistência e Sindicatos⁴.

Na década de 1930, o Brasil vivia uma grande expansão da urbanização e do desenvolvimento capitalista industrial, o Estado instituiu as primeiras medidas de intervenção objetivando o enfrentamento da questão social, como: legislação trabalhista, previdência social, medidas na área da saúde, em contrapartida, instituiu a legislação sindical, limitando a autonomia do movimento sindical brasileiro. Porém, é inegável que entre as décadas de 1930 e 1945 houve ganhos na área trabalhista brasileira.

Em 1932 foi criado o Centro de Estudos e Ação Social – CEAS, marcando o surgimento do Serviço Social no Brasil. Já em 1937 tem-se a criação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS e na década de 1940 temos a criação da Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA. Este período foi marcado pela denominada Ditadura Vargas⁵ (1937-1945), que definia a questão social como questão política, reprimindo-a.

A partir da década de 1940 até o início da ditadura militar em 1964, o Brasil vivenciou o chamado populismo, característica marcante do governo Vargas. O país era permeado pela ideologia econômica desenvolvimentista. Tal afirmação pode ser explicada na análise de Fonseca e Monteiro (2004), que afirmam que o plano governamental era o de persuadir os agentes privados quanto à emergência no combate à inflação, com propostas de políticas, inspiradas na necessidade do equilíbrio das contas públicas, embora sem nunca deixar de mencionar o desenvolvimento econômico como fim último.

⁴ Para aprofundamento do tema ver ANTUNES “Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra” e ABRAMIDES e CABRAL “Novo sindicalismo e o serviço social”.

⁵ “O Estado Novo foi implantado de forma relativamente súbita, através de um golpe de Estado. O Congresso e o Legislativo estaduais, instituições já tradicionais no sistema brasileiro, foram fechados: o sistema eleitoral deixou de existir; os partidos foram extintos. [...] Para a realização da propaganda, montou-se em sistema de controle em que o Estado monopolizava todos os meios de produção e difusão de idéias. [...] Nenhuma informação poderia ser veiculada fora dos limites e condições estabelecidos. [...] A intensificação da vida pública, ao reunir a população em comemorações, inaugurações e festividades diversas, permitia envolvê-la num clima em que a tornava mais sugestível e, ao mesmo tempo, configurava uma imagem de unanimidade. A cooptação de líderes e intelectuais ou a repressão pelo exílio, prisão ou tortura possibilitava impedir a formação ou ampliação de movimentos oposicionistas mais significativos que ficavam, assim, decapitados. Dessa forma, estavam criadas as condições que impediriam, às classes dominantes, formar quaisquer representações que ultrapassassem os limites dados pelo ideologia proclamada oficialmente.” (GARCIA, 1982, p.97-98)

A partir do golpe militar (1964-1984), o Brasil passou a abrir espaço para o capital estrangeiro. Criando e disponibilizando diversos atrativos e subsídios para a instalação do mesmo na nação brasileira. O principal objetivo era o crescimento econômico acelerado. Neste período, a política assistencial foi ampliada, porém, caracterizava-se pela burocracia, seu poder sobre a sociedade aumentava, tendo como intenção a obtenção da legitimidade sobre a sociedade oprimida e abrandar as tensões decorrentes do regime autoritário. Neste contexto, a questão social era tratada como “caso de polícia”, e o Estado utilizava-se do binômio repressão-assistência⁶.

A questão social neste ponto, era vista apenas como consequência do crescimento econômico, daí a máxima “deixar o bolo crescer para depois dividi-lo”.

Para Iamamoto (2004, p.17) “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”. Tais expressões da questão social são sínteses da relação capital x trabalho, onde o trabalhador é usado pelo dono do capital e desprovido de seus direitos. Neste processo a máxima que vigora é a exploração e acumulação, o Estado se abstém, transferindo para o sujeito a responsabilidade, configurando-se em um Estado Mínimo.

Após a década de 1940 até os anos 80, a assistência social foi tratada como uma ação estatal, onde a mesma não era vista como política pelo Estado.

O período pré-constitucional, de 80 à 85, a política de assistência social teve um caráter residual, vinculada a benesse e a caridade. Fortalecida pela imagem das “primeiras-damas”⁷, normalmente esposas de governantes que assumem um cargo “social”. Tal prática ainda é muito assídua em todo o Brasil, o que muitas vezes acaba confundindo assistência social com assistencialismo. Acerca do tema Sposati (2003) é categórica quando afirma que as “Esposas de prefeitos e de governantes não aprendem as lições de justiça do direito social. É preciso demandar uma campanha de saúde política que proíba a continuidade de incestos institucionais”(p.11). Neste período, a seguridade social era paga pelo trabalhador, e não era dever do Estado. Essa época foi marcada pela transição do governo militar, que conduzia o país a partir de uma lógica desenvolvimentista, baseada no desenvolvimentismo econômico e na concentração de renda, modelo esse importado do americanismo⁸.

⁶ Para aprofundar o tema ver VIEIRA, Evaldo “A república brasileira 1964-1984”.

⁷ Para aprofundar o tema ver TORRES, Iraildes Caldas “As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder”.

⁸ “O capitalismo norte-americano se estrutura não só econômica, mas também política e militarmente, desenvolvendo sua hegemonia em nível mundial através de uma rede de empresas, do comércio, do controle de organismos internacionais, de meios de comunicação e da tecnologia, para citar os pontos mais visíveis dessa

O final do período pré-constitucional foi marcado pelo Consenso de Washington⁹, que atrelava a política social à política econômica, pelo rompimento com a lógica de interpretação da pobreza e pelo movimento de abertura política e social, objetivando o rompimento dos preceitos ditatoriais.

No período pós-ditadura militar conhecido como Nova República, sob a gestão do presidente da república José Sarney (1985-1990) ocorreu um aumento significativo da pobreza e o agravamento da inflação fazendo despencar a economia do país. Com a economia desestabilizada não havia uma “constante” nos preços, o que pela manhã era um valor, no final na tarde poderia ser outro totalmente diferente. Essa instabilidade provocou o aumento do desemprego e o agravamento da pobreza no país.

Ainda no governo de Sarney houve uma importante conquista no campo dos direitos, através da Constituição Federal de 1988, que passou a contemplar a assistência social como parte da seguridade social, formando assim um tripé, juntamente com a previdência social e a saúde.

As décadas de 1980 e 1990, se caracterizaram por significativas e contraditórias mudanças, no cenário social, político e econômico. Ao mesmo tempo em que o processo de globalização se acentuou, o Estado saía de cena, relativizando sua atuação frente à sociedade, dando espaço para outros atores, como as ONG's¹⁰, as organizações internacionais interestatais (FREITAS, 2001). Neste cenário, os sujeitos são postos na condição de subalternizados, e muitas vezes afirmando-se como subalternos, acreditando na sua impotência e incapacidade individual, não considerando assim, as relações postas pela sociedade capitalista, que descarta as pessoas que não se enquadram no modelo proposto.

É importante ter ciência de que a política de assistência social e até mesmo os profissionais envolvidos podem contribuir, e até mesmo multiplicar, essa condição de subalternidade, a partir de ações voltadas para o indivíduo de forma isolada, a partir da não visualização do mesmo, como representante de outros que estão na mesma situação de vulnerabilidade. Sendo assim, é fundamental que a política de assistência social e os profissionais que trabalham direta ou indiretamente com a mesma, desenvolvam ações objetivando a formação e qualificação profissional, implementando programas de geração de

hegemonia, com capacidade de articular e até de impor regras que favorecem a economia do dólar.” (FALEIROS, 1999, p. 152-186)

⁹ O Consenso de Washington é resultado de um encontro ocorrido em Washington (capital dos Estados Unidos) em novembro de 1989, entre funcionários do governo norte-americano, do Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial e BID. A adesão ao consenso consolidou os princípios neoliberais, objetivo dos organismos internacionais e do Governo norte-americano. (BATISTA, 1995).

¹⁰ O termo ONG não existe juridicamente e qualquer associação ou fundação faz parte dos números oficiais.

renda e ações sócio-educativas, bem como, projetos inovadores voltados aos usuários, para assim, desvincular o caráter de “ajuda”, através da distribuição de benefícios. (YAZBEK, 2001)

2.3.2 Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e a Política Nacional de Assistência Social - PNAS

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, regulamenta diretrizes apresentadas cinco anos antes, através dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988, que dispõem acerca da assistência social.

Os principais objetivos da LOAS são: proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo a crianças e adolescentes carentes; a integração e reintegração de portadores de deficiência na vida comunitária; a concessão de 1 salário mínimo mensal aos portadores de deficiência e aos idosos com 70 (setenta) anos ou mais, que comprovem não ter meios de prover sua subsistência ou de tê-la provida por sua família e a inserção de portadores de deficiência no mercado de trabalho.

Os princípios e diretrizes da LOAS – presentes em seu segundo capítulo - estão inscritos na lógica da preservação do direito social, uma vez que seus princípios baseiam-se, segundo o artigo 4º:

- I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Já suas diretrizes estão inscritas no artigo 5º, são elas:

- I – descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

A partir da LOAS a União passa a ter o dever de garantir a Política de Assistência Social, estipulando uma divisão de responsabilidades entre os Governos Estaduais, os

Municípios e o Distrito Federal, para melhor gerir os recursos. Como já citado, a LOAS preconiza em sua diretriz a pa comunidade, onde a mesma, através dos respectivos Conselhos de Direto (Estadual, Municipal ou do Distrito Federal), pode participar na prerrogativa do controle social, fiscalizando as ações do Estado e contribuindo na implementação da política.

A gestão, iniciada em 2003, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores – PT, criou no ano seguinte o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, que sobre o comando do Ministro Patrus Ananias de Sousa, agilizou o processo de implementação – tardio – da LOAS através da criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Após grande mobilização nacional, houve a definição do novo modelo de gestão para a nova política de seguridade social, a partir da edição da nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

A PNAS rege-se por princípios e diretrizes, baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS. E tem por objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para a família, indivíduos e grupos que deles necessitam.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária. (fonte?)

As proteções afianças pela PNAS são divididas em:

- Proteção Social Básica, que de acordo com seu texto oficial:

Tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e, ou, fragilização de vínculos afetivos [...].

De acordo com o Guia de Políticas e Programas do MDS / 2008, a Proteção Social Básica atualmente organiza-se a partir dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS; do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, do Benefício de Prestação Continuada – BPC, do ProJovem Adolescente, dos Benefícios Eventuais e da Carteira do Idoso.

- Proteção Social Especial, que de acordo com seu texto oficial:

É a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativa... cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

A PNAS prevê o financiamento, o controle social e também a informação, monitoramento e avaliação.

Em 2005 ocorreu a V Conferência Nacional de Assistência Social, tendo como tema “SUAS – Plano 10: Estratégias e Metas para a implementação da Política Nacional de Assistência Social”. A Norma Operacional Básica – NOB / SUAS foi aprovada em reunião do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS em 14 de julho de 2005, após diversos debates em seminários municipais e estaduais. Tal NOB que regulamenta a PNAS foi publicada em 15 de julho de 2005.

O SUAS é instituído como forma de materializar o conteúdo da LOAS. Tal sistema tem por objetivo a organização da assistência social, levando em consideração o local onde as pessoas residem e que tipo de proteção elas necessitam, associando o atendimento às necessidades postas. Tal atendimento deve buscar soluções para as demandas da família, levando em consideração sua importância na sociedade. Objetiva também a proteção aos que não possuem vínculos familiares e / ou comunitários. A proteção deve ser garantida também acerca das situações que envolvem risco, enquadrando-se aqui as necessidades de sobrevivência até o fortalecimento das relações familiares e comunitárias.

Nesta perspectiva, foram preconizados os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, que devem ser o ponto de referência da assistência social na abrangência municipal. O CRAS deve ser localizado em áreas com maior incidência de vulnerabilidade e risco social. Além de desenvolver programas e serviços sócio-assistenciais objetivando a proteção social básica à família. É importante também o contato e articulação com a rede sócio-assistencial do município.

O SUAS determina a distribuição mínima dos CRAS nos municípios, definindo desta forma:

- Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
- Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 família referenciadas;
- Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- Grande Porte - mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

Em Florianópolis existem cinco CRAS¹¹ localizados nos bairros: Prainha (região central), Saco dos Limões (região sul), Canasvieiras (região norte), Estreito (região continental) e Capoeiras (região continental). Cada centro conta com uma equipe de duas assistentes sociais, um psicólogo (a) e um assistente administrativo, além de estagiários de Serviço Social.

Levando em consideração que, de acordo com o Censo Demográfico 2000, Florianópolis possui cerca de 342.315 habitantes, destes de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social 65.584 pessoas vivem em área de interesse social, ou seja, quase 20 % da população do município. Através das análises quantitativas, aqui evidenciadas, podemos verificar a insuficiência referente ao número de CRAS no município.

2.4 Breve análise dos serviços de caráter social voltados ao idoso no município de Florianópolis

Segundo o Plano Municipal da Assistência Social de Florianópolis (2006 à 2009), a PMF é responsável pela condução da política pública através do “Comando Único”, representado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude.

Porém, antes da referida Secretaria, o Serviço Social em Florianópolis trilhou um longo caminho. Em 1963 foi criada a Diretoria de Assistência Social, através da sanção da Lei Municipal nº 3.275. Este órgão foi responsável pela coordenação das ações de Assistência Social em Florianópolis, através da prestação de serviços assistenciais por meio de aplicações de verbas destinadas a esse fim.

Em 1969 foi criada a Secretaria da Educação, Saúde e Assistência Social – SESAS, através do Decreto Lei nº 935, artigo 14, que se destinava a atender aos interesses e necessidades dos munícipes, no sentido de melhorar suas condições de vida, obedecendo a assistência prestada à normas técnicas e condicionadas às aspirações da própria comunidade. Esta Secretaria tinha um Setor de Assistência Social, implantado com vistas à racionalização dos atendimentos.

Em 1985 foi criada a Secretaria Municipal de Educação – SESA, sendo esta desmembrada da SESAS. a partir da Lei nº 2.350. Em 2001 foi criada a Secretaria da Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, através da Lei nº 5.831.

¹¹ Localização dos CRAS em Florianópolis: CRAS-CENTRAL: Rua Professora Maria Júlia Franco, nº281, Prainha/José Mendes; CRAS-NORTE: SC 401 – Km 18, nº 17500, Canasvieiras; CRAS-SUL: Rua Prof. Waldemat Vieira com a Rua João Motta Espezzim, nº 1322, Saco dos Limões; CRAS-CONTINENTE I: Rua Marechal Câmara com a Rua Heitor Blum, nº 115, Estreito; CRAS-CONTINENTE II: Rua Campolino Alves, nº 335, Capoeiras.

A Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social, criada pela Lei nº 5.831, de 21 de março de 2001, passa a denominar-se “Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social”. De acordo com a Lei Complementar nº 158, de 18 de fevereiro de 2005, onde a estrutura administrativa organizacional da prefeitura, cria secretarias e novos cargos, e da outras providências de acordo com o Artigo 2º.

Através da Lei nº 7.398, de 17 de agosto de 2007 altera-se a denominação da Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, para “Secretaria Municipal de Assistência Social”.

Em 27 de janeiro de 2009 é sancionada uma Lei Complementar nº 348 que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública municipal de Florianópolis. O Artigo 18 dispõe acerca das competências legais de cada órgão e entidade da administração municipal, alterando novamente a nomenclatura da Secretaria, para “Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude”.

Após as diversas trocas de nomenclatura sofridas pela Assistência Social no município de Florianópolis, houve poucas mudanças. A Assistência Social no município ainda é frágil e trabalha de forma focalista, procurando atender as demandas emergenciais. Porém, muitas vezes nem mesmo as necessidades emergenciais são supridas, como veremos no decorrer desta seção.

Segundo dados do IBGE (2000), Santa Catarina tem em média 406.159 idosos, ou seja, 9% da população total, que é de cerca de 5.866.568 habitantes, segundo o IBGE (2000). Já a população de Florianópolis, segundo a mesma fonte, conta com aproximadamente 28.816 idosos, o que corresponde a 8,42% da população do município..

A Gerência de Atenção ao Idoso - GAI foi estruturada a partir da criação da Secretaria da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social em 2005, atual Secretaria de Assistência Social e Juventude. De acordo com seu texto oficial têm como objetivos viabilizar a inserção e/ou permanência do idoso na vida familiar e comunitária visando o envelhecimento saudável, desenvolvendo ações na área sócio-educativa e da defesa e proteção dos Direitos Sociais do Idoso, atuando no desenvolvimento de Programas, Projetos e Serviços para consolidação da cidadania dos Idosos no Município, seguindo as recomendações do Sistema Único da Assistência Social – SUAS. A GAI adequou seu atendimento à Política Nacional de Assistência Social, estabelecendo dois níveis de atuação: básica – de caráter preventivo, e especial- quando ocorre violação de direitos.

As atividades desenvolvidas pela GAI abrangem serviços e ações na área do desenvolvimento sócio-educativo do idoso, com implementação de Programas, Projetos e Serviços para a consolidação da cidadania dos idosos no município.

Na GAI o Serviço Social está presente nos seguintes programas/projetos/setores:

- Programa Renda Extra: Trata-se de concessão de benefício mensal de um salário mínimo ao idoso, que reside no mínimo há 5 anos no município, acometido por doença motivadora de incapacidade física e/ou mental, integrante de família com renda inferior a três salários mínimos. Hoje o Programa Renda Extra beneficia 95 idosos e existe uma demanda reprimida de 96 idosos. Atualmente o Programa conta com uma assistente social e uma estagiária de Serviço Social.
- Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência: O Projeto consiste em dar apoio à organização de Grupos de Convivência de Idosos do município cadastrados na GAI, objetivando processos de participação e valorização pessoal e social para o idoso em seu contexto familiar e comunitário. O projeto conta com uma assistente social, uma psicóloga, uma publicitária e uma auxiliar administrativo.
- Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Pessoa Idosa - CIAPREVI, a implantação do referido Centro em Florianópolis consiste em uma proposta de implementação do *Programa Apoio Psicossocial ao Idoso e sua Família – PROAPS* e do Serviço *Disque Idoso (0800-6440011)*, conta com profissionais especializados nas áreas do Direito, Psicologia e Serviço Social que realizam atendimento aos idosos e suas famílias, acolhimento e averiguação de denúncias, visitas domiciliares, articulação inter-institucional e setorial, encaminhamentos de processos junto à Promotoria Pública, orientações e reuniões familiares. O CIAPREVI hoje conta com três assistentes sociais, duas psicólogas, um advogado, um auxiliar administrativo e três estagiárias de serviço social.
- Setor do Serviço de Avaliação para Concessão de Benefícios¹²: Serviço de atendimento específico aos idosos do município de Florianópolis que se encontram em situação socioeconômica vulnerável e que necessitam de benefícios emergenciais – como já citado anteriormente. Esse é o setor em que realizamos estágio, é coordenado por uma assistente social.

Além dos programas, projetos e serviços citados acima, a GAI conta com outro projeto, porém esse não possui um profissional de Serviço Social em sua equipe, é ele:

- Projeto Viver Ativo: O Projeto realiza junto a idosos de Grupos de Convivência – são cerca de 4.500 idosos inscritos nos 107 grupos no município – atividades como danças, jogos, informação sobre saúde e higiene, entres outros. O Projeto é coordenado por uma profissional de Educação Física e conta com quinze estagiários de Educação Física.

Tivemos a oportunidade de realizar o estágio curricular não-obrigatório I e II, além do estágio obrigatório I e II, de setembro de 2007 a março de 2009 no setor de Avaliação para Concessão de Benefícios da GAI, gerência esta que faz parte da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude de Florianópolis. Posteriormente, a partir de abril de 2009 passamos a estagiar no Programa Sócio Assistencial – PASA, vinculado à mesma Secretaria.

A GAI é responsável por um número considerável de atendimentos aos idosos no município de Florianópolis, seja através de Programas que trabalham diretamente com a supressão da violência, como o CIAPREVI; seja com idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica, como o Programa Renda Extra e o Serviço de Avaliação para Concessão de Benefícios, ou com lazer e saúde direcionado aos idosos, como o Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência e o Programa Viver Ativo. No decorrer destes quase dois anos podemos verificar que o município é uma referência quando o tema é o idoso, através deste olhar específico, na tentativa de suprir as diversas necessidades deste segmento crescente da população.

Porém, cada Projeto, Programa ou Serviço citado acima, possui fragilidades e dificuldades postas. Seja referente a recursos insuficientes, falta de profissionais qualificados, morosidade em processos licitatórios, dentro outros. A título de exemplo, podemos citar a demanda reprimida do Programa Renda Extra, assim como o Programa CIAPREVI, que também é deficitário no que se refere ao número de profissionais; o Projeto de Apoio à Organização e Dinamização aos Grupos de Convivência é dependente de um processo, referente as licitações para concessão do Kit Lanche¹³ destinados aos 107 grupos de idosos. tais Kits deveriam estar sendo disponibilizados a partir de março do corrente ano. porém até

¹² O setor de Avaliação para Concessão de Benefícios foi extinto em abril de 2009. Onde as demandas específicas do referente setor foi transferida para o Programa de Atenção Sócio Assistencial – PASA.

¹³ Kit Lanche é um conjunto de produtos alimentícios que são destinados para a realização de lanches dos Grupos de Convivência. Esse repasse deveria ser realizado mensalmente entre os meses de março a dezembro.

junho os Kits ainda não tinham sido entregues; o Disque Idoso não possui uma equipe específica e capacitada, funcionando a partir do remanejamento dos profissionais e estagiários do CIAPREVI e, finalmente, o setor de Avaliação para Concessão de Benefícios, até sua extinção, sempre trabalhou com uma grande demanda reprimida variável de todos os benefícios, sendo assim, nem todos os benefícios caracterizados como de proteção básica estão disponíveis de forma sistemática pela GAI, o que faz com que grande parte da demanda ao setor não seja atendida.

De acordo com o relatório anual do setor de Avaliação para Concessão de Benefícios, a demanda reprimida em 2008 referente ao auxílio alimentação (cesta-básica) foi de 172, ou seja, muitos idosos compareceram na GAI em 2008 e não tiveram seu direito à uma alimentação digna assegurado, nem para si e nem para seus familiares. Outra dificuldade encontrada pelo setor refere-se a ausência de autonomia, dificultando o atendimento aos usuários de forma mais ampla e rápida, visto que os benefícios eram distribuídos através do PASA.

Outra dificuldade encontrada por quase todos os Programas, Projetos e Serviços da GAI é certamente o espaço físico deficitário, que compromete principalmente o sigilo profissional necessário para um atendimento eficiente. Necessidade reiterada pela Resolução do CFESS N.º 290/94 e 293/94 que dispõe acerca do código de ética dos assistentes sociais no Art. 7º da Resolução. A resolução diz que constitui direito do assistente social:

a) dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional.

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (2006 à 2009), o Setor de Serviço de Avaliação para Concessão de Benefícios da GAI, procura atender o preconizado pela LOAS, que em seu Artigo 22 onde dispõe acerca dos Benefícios Eventuais de caráter contínuo ou emergencial. Até o ano de 2006 a concessão dos benefícios era realizada pelo Programa de Atenção Sócio Assistencial – PASA da Secretaria Municipal de Assistência Social, que além dos idosos, realiza atendimento a outros segmentos e demandas sociais.

A partir do segundo semestre daquele ano, a GAI passou a contar com um profissional do Serviço Social, que passou a executar os procedimentos para a prestação dos serviços aos idosos em situação de vulnerabilidade temporária, que necessitam de fraldas, auxílio alimentação, óculos e auxílio para aquisição de material para construção, além de outros tipos de encaminhamentos.

Após a avaliação, conforme constatada a demanda, têm-se o atendimento na própria GAI, ou há o encaminhamento para outro Programa ou Projeto da própria Gerência ou Secretaria.

O objetivo do Setor de Avaliação para Concessão de Benefícios é proporcionar ao idoso que encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, residentes no município de Florianópolis, acesso aos benefícios e serviços básicos de Assistência Social.

A demanda, em pouco mais de 1 ano, deu um salto de 80% referente a atendimentos (de acordo com análise estatística). A demanda cresceu principalmente quanto à solicitação de auxílio alimentação (cesta-básica) e orientações e encaminhamentos para o BPC. É importante relatar que além de orientação e encaminhamentos para o referido benefício a equipe técnica do setor realiza acompanhamento sistemático dos usuários que tiveram seus pedidos deferidos ou indeferidos, realizando visitas institucionais e domiciliares, quando há disponibilidade de veículo.

Outro aspecto a frisar é que o Setor, de modo frequente, realiza orientações quanto a demanda da área da saúde. Por exemplo: orientação acerca de exames médicos, consultas, aquisição de medicamentos, próteses dentárias e ortopédicas. Também é freqüente orientações quando às formas de aposentadoria, sendo que é comum o usuário confundir aposentadoria com o BPC.

Os usuários de tal setor da GAI são idosos que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social e/ou psicológica. Grande parte possui renda de até um salário mínimo ou nenhum tipo de renda. Muitos idosos residem com um grande número de pessoas: filhos, netos, bisnetos, genros e agregados e por vezes o idoso é o único responsável pelo sustento da família.

Sendo assim, o auxílio alimentação – apesar de indispensável para a manutenção da família – é um paliativo, de caráter emergencial, que não altera a realidade socioeconômica da família. Contudo, a equipe do setor possui a ciência da importância pedagógica do Serviço Social e suas possibilidades, no sentido de ampliar o acesso dos usuários aos direitos e à divulgação e socialização das informações quanto a rede sócio-assistencial existente.

3 O ENVELHECIMENTO E A PROTEÇÃO PREVISTA EM LEI

3.1 Sobre o significado do envelhecimento

Conceituar *envelhecimento* não é simples, pois, como expressa Veras (1995 *apud* MINAYO E COIMBRA JUNIOR, 2002, p.14):

Velhice é um termo impreciso [...] nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social [...] do ponto de vista cultural, a velhice deve ser percebida diferentemente em um país com uma expectativa de 37 anos de vida, como Serra Leoa, e outro de 78 anos de vida como é o caso do Japão.

De acordo com Pereira (2005), o fenômeno do envelhecimento ocorre neste cenário – como exposto - de omissão e transferência de responsabilidades, onde a família passa a ser a “absorvedora de riscos” criado por esse sistema capitalista de sociedade. Desta forma, a família é sobrecarregada, pois suas necessidades e demandas também são crescentes.

Envelhecer neste contexto significa não ser mais útil, significa que seu prazo de validade esgotou-se. De que forma envelhecer com dignidade se a sociedade preza a juventude, a beleza, o moderno e o novo. Nessa sociedade, onde o capital funde-se ao trabalho, a pessoa idosa não tem vez. E muitas vezes é vinculada a uma visão doente e depressiva, como relata Minayo e Coimbra Jr. (2002, p.16):

A visão depressiva dos mais velhos tem sido, através dos tempos modernos, alimentada profundamente pela ideologia ‘produtivista’ que sustenta a sociedade capitalista industrial, para a qual, se uma pessoa não é capaz de trabalhar e de ter renda própria, de pouco ou de nada serve para a sua comunidade ou seu país.

O que chega a ser ambíguo, pois a sociedade e o mercado exigem do jovem experiência e do idoso, mocidade.

Como podemos constatar, o fenômeno do envelhecimento não ocorre de forma isolada e o aumento significativo de idosos no Brasil, que, segundo estimativa do IBGE¹⁴, pode chegar a 30 milhões em 2040 chegando a quase 13% da população. Outra análise pode ser realizada através da relação idoso/criança, onde a proporção em 1980 era de 16 idosos para 100 crianças, em 2000 há cerca de 30 idosos para um grupo de 100 crianças, ou seja, a relação quase dobra e a perspectiva tende a se aproximar

¹⁴ Fonte: Projeto IBGE Fundo de População das Nações Unidas UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08), Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sociodemográficos. Projeção preliminar da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050, revisão 2000.

cada vez mais. Esse quadro está vinculado aos baixos índices de fecundidade, as alterações de comportamento e de gênero, bem como os avanços científicos da área, principalmente, da saúde, o que proporciona uma longevidade cada vez maior ao cidadão que possui acesso a tais avanços.

Com o número crescente da população idosa no país e o número de jovens não acompanhando tal ascendência, há uma implicação direta no sistema previdenciário e econômico do país. Uma vez que com um contingente cada vez maior de pessoas se aposentando e um número decrescente de pessoas contribuindo para a previdência social, o sistema previdenciário - que há tempos se mostra fragilizado - está entrando em colapso, não apenas devido ao envelhecimento da população, mas também pelo desemprego e o *déficit* público.

Porém tal afirmativa não é consenso dentre os autores pesquisados, há autores que acreditam que nunca houve e dificilmente haverá *déficit* na Previdência Social.

Segundo Duarte, como a Constituição Federal de 1988 proporcionou a ampliação dos direitos do cidadão, dentre eles os direitos trabalhistas; os empresários, as elites políticas dominantes e setores burocráticos do Estado não se beneficiaram com as mudanças ocorridas, sendo assim tais setores se organizaram na defesa de um ponto principal: ingovernabilidade do sistema político.

Tal tese sustentava a impossibilidade do Estado “bancar” os gastos sociais através da expansão dos direitos sem novas fontes de financiamento.

Objetivando o desmonte da Previdência Social e seus direitos adquiridos, a partir de 1990 (Governo Collor) houve um grande empenho para a efetivação da reforma da previdência social pública. A reforma também entrou na agenda do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que:

Em março de 1995, o governo enviou ao Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional nº 33 (PEC/33), que tratava da Reforma da Previdência Social. O principal argumento do governo Fernando Henrique para justificar a reforma era o *desequilíbrio financeiro do sistema*. Segundo o governo, as mudanças introduzidas na Constituição de 88 estavam tornando o sistema deficitário desde 1993, além de alegar que se persistisse a relação de contribuintes/ benefícios pagos àquela época, em quinze anos (2010) o sistema não se auto-sustentaria. (DUARTE, p.131)

Porém tal afirmativa baseada nas projeções do Instituto de Planejamento Econômico e Social – IPEA, do Ministério do Planejamento foi contestado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, que “Ao averiguar as contas da Previdência em 1995, concluiu que não havia déficit e sim superávit.”(Idem, p.132)

Não distante desse impasse entre déficit ou superávit, o idoso passa a ser visto como um problema, principalmente para o Estado, ou seja, um peso social. A passagem a seguir, explicita bem essa visão:

A idéia do 'envelhecimento como problema' se expressa na constante divulgação dos déficits nos cálculos da previdência social, uma vez que o direito à aposentadoria (um direito dos idosos) se universalizou [...]. É reforçado pela idéia de que a situação do aumento dessa população é insustentável com a manutenção do direito universal da aposentadoria. Portanto, o aparato do Estado tende a ver de forma catastrófica as próprias instituições político-sociais que criou para atender os idosos. (MINAYO; COIMBRA JUNIOR, 2002, p.18).

A citação exposta expressa com clareza que a pessoa idosa para o Estado é um peso, que não traz retorno, porém, os autores colocam que a aposentadoria para o idoso é um direito universal. Cabe aqui uma ressalva, uma vez que é universal para aquele idoso que contribuiu para a previdência social; excluindo aqueles idosos que trabalharam de forma informal, e que não contribuíram como autônomo ou ainda os que não possuem tempo suficiente de contribuição para requererem uma aposentadoria, mesmo que esta seja insuficiente para a manutenção de uma vida digna¹⁵.

Neste contexto é reforçada a importância do BPC, como um direito do idoso de baixa renda, que por algum motivo não é aposentado pela Previdência Social.

Outro aspecto importante quando nos remetemos à discussão do envelhecimento é a questão de gênero e acesso ao mercado de trabalho, como analisa Pereira (2006, p.6):

Devido à inserção ainda subalterna da força de trabalho feminina no mercado de trabalho, ou mesmo à dedicação integral de certas mulheres ao lar, a maioria delas, quando idosas, enfrenta situações de empobrecimento, especialmente se depender dos esquemas focalizados de proteção públicos.

A inserção da mulher no mercado de trabalho é um fato recente. Tendo início a partir da I Guerra Mundial (1914-1918) e II Guerra Mundial (1939-1945), quando as mulheres

¹⁵ Cabe uma breve explanação acerca dos tipos de segurados: empregados – trabalhadores com carteira de trabalho assinada que prestam serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante recebimento de salário; empregados domésticos – trabalhadores com carteira de trabalho assinada que prestam serviços na casa de outra pessoa ou família, desde que essa atividade não tenha fins lucrativos para o empregador, como governanta, jardineiro, caseiro, doméstico etc; trabalhadores avulsos – aqueles que prestam serviços a diversas empresas, sem vínculo de emprego, contratados por sindicatos ou órgãos gestores de mão-de-obra, como estivador, amarrador de embarcações, ensacador de cacau etc; contribuintes individuais – pessoas que trabalham por conta própria, como empresário, autônomo, comerciante, ambulante, feirante etc., sem vínculo de emprego; segurados especiais – trabalhadores rurais e pescadores artesanais que produzem individualmente ou em regime de economia familiar, sem utilização de empregados; segurados facultativos – pessoas que não têm renda própria, mas decidem contribuir para a Previdência Social como donas-de casa, estudantes, síndicos de condomínios não-remunerados etc. Fonte: www.previdencia.gov.br. Acesso em: 31 07 2009.

assumiram os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho, enquanto os mesmos estavam nas frentes de batalhas.

Porém, com o fim da guerra muitos homens não retornaram e muitos dos que regressaram estavam doentes ou mutilados, impossibilitados de retomar ao trabalho. Foi nessa circunstância que as mulheres sentiram-se no dever de deixar seus afazeres domésticos e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos. Estabelecendo o que hoje conhecemos por dupla jornada de trabalho.

No século XIX, com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento dos equipamentos industriais, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas, reflexo da consolidação do sistema capitalista.

Hoje, quase um século depois, grande parte dos lares brasileiros possuem mulheres como responsáveis pela subsistência da família. De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais, elaborada pelo IBGE, em 1996, 21,6% dos lares brasileiros eram chefiados por mulheres. Em 2006 a proporção aumentou para 30% dos lares. A pesquisa também apontou que, apesar de os homens terem aumentado a participação nas tarefas domésticas em dez anos, passando de 44,4% para 51,4% de participação, apenas metade deles dedica-se a essa ocupação, enquanto nove entre dez mulheres possuem essa atribuição.

Outra reflexão realizada por Pereira (2006) é o fato da temática acerca do envelhecimento e suas implicações não serem parte do currículo no meio acadêmico, em especial nos cursos de Serviço Social, tanto no ensino, quanto na pesquisa e extensão. Sendo assim, faz-se necessário a inclusão de disciplinas direcionadas a essa área, bem como a inclusão de tal matéria nas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC teve uma experiência no primeiro semestre de 2007, quando ofertou a disciplina *Desafios profissionais contemporâneos*, que objetivava o estudo e análise das condições demográficas sociais, políticas e econômicas do idoso no Brasil. Porém, poucos alunos tiveram a oportunidade de matricular-se na disciplina, pois a mesma vigorou apenas em um semestre, em caráter eletivo.

A questão do envelhecimento, apesar de ter adquirido mais visibilidade nas últimas décadas, ainda está longe de atingir a notoriedade devida e necessária, como pondera Borges (2003, p.100):

A questão social do envelhecimento, na verdade, ainda não tem a visibilidade que precisa ter, pois no Brasil as contradições regionais e a desigualdade social, que refletem a injusta distribuição de renda da população, estão presentes em todas as etapas do curso de vida, dificultando aos brasileiros a vivência real da cidadania como um direito. Essa luta começa na infância, continua na adolescência, juventude

e idade adulta, por direitos básicos, como saúde, educação, emprego, enfim, pela dignidade do ser humano.

Essa falta de visibilidade faz com que o fenômeno do envelhecimento seja esquecido, ou tenha menor importância do que as políticas sociais voltadas para outros segmentos.

É importante ainda ressaltar que o fenômeno do envelhecimento deve ser tratado como uma questão pública, onde existam políticas sociais direcionadas para tal segmento da população. A fim de suprir as demandas e necessidades específicas da população idosa em todas as áreas: educação, saúde, cultura, lazer, esporte, assistência social, trabalho, habitação e previdência social.

3.2 A legislação de proteção ao idoso – breve trajetória e o contexto local

Através do Ministério do Trabalho e Previdência Social, pela Portaria 82, de 4 de julho de 1974 foi normatizada a primeira medida na área da assistência social, tendo como público alvo o segmento idoso, tal medida restringia-se à benefícios do sistema previdenciário. Ainda sob o comando do regime autoritário, tendo como presidente da república Ernesto Geisel, foi criado, em 1976, o Ministério da Previdência e Assistência Social e com sua criação iniciou-se uma política visando o idoso, principalmente os aposentados e com isso, como coloca Borges (2003, p.99):

[...] Passou-se a investigar melhor a situação da velhice no Brasil, até então considerado um país de jovens. Essas pesquisas esparsas mostraram a situação de isolamento social, marginalização, preconceito e principalmente de pobreza freqüente do velho brasileiro.

Em 1979, através da Portaria 25, foi anulada a Portaria 82 de 1974, ampliando a assistência social aos idosos não contributivos da previdência. Em 1982, uma portaria do MPAS objetivava a ampliação dos direitos assistenciais aos idosos, porém como afirma Haddad (2000), tais direitos nunca foram efetivados.

É importante ressaltar que apesar dos direitos inerentes a pessoas idosa jamais terem sido concretizados em sua plenitude, alguns marcos históricos referentes a conquistas jurídicas-sociais do idoso no Brasil começaram a ganhar forma – porém não força - através da Constituição Federal de 1988, que previa a garantia da cidadania independente de sexo ou faixa etária, e não somente a garantia dos mínimos sociais, reforçados pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – como mencionado na seção 1 - pela Política Nacional do Idosos

– PNI , pelo Estatuto do Idoso e demais instâncias através da Política Estadual do Idoso e Política Municipal do Idoso.

A PNI sancionada em 1994, através da Lei Federal 8.842, na gestão de Itamar Franco, foi regulamentada apenas em 1996 através do Decreto nº 1.948, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso. Tem por objetivo, como empregado em seu 1º artigo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade” e também define as ações governamentais na implantação da PNI, além de sua organização e gestão. Ainda, adquire as seguintes determinações referentes a seus princípios, no art. 3º da mesma Lei.

- I – A família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II- O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III – O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV – O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V – As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

Basta uma análise acerca das demandas que chegam a GAI para verificar que tais afirmativas constantes na PNI não são efetivadas. Grande parte da demanda da GAI são de idosos em situação de risco ou vulnerabilidades, fazendo-nos concluir que seus direitos como cidadãos foram de algum modo extraídos. Seja privados de dignidade, de liberdade, de respeito ou até mesmo de alimentação. Tais desrespeitos com a população idosa também se dão devido à má articulação dos três entes responsáveis por este idoso: a família, a sociedade e o Estado.

Outro aspecto exposto na PNI refere-se aos conselhos de direitos em suas quatro instancias, definindo sua organização e gestão:

Art. 6º. Os conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área.

Art. 7. Compete aos conselhos de que trata o artigo anterior a formulação, coordenação, supervisão e avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas. (Lei 8.842)

Os conselhos, como definidos nos 6º e 7º artigos da PNI, são locais de participação da população junto aos órgãos de governo através de entidades representativas, tornando-se instrumentos necessários e indispensáveis para que os direitos do indivíduo sejam respeitados

e garantidos. Prevendo também a participação da comunidade nas decisões, através do Controle Social.

Cabe aqui uma breve contextualização acerca do Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis – CMI. O referido Conselho foi criado em 24 de setembro de 1998, a partir da Lei 5.371 que dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, após muitos debates, estudos e articulação com a sociedade civil organizada.

O objetivo do CMI de Florianópolis é exercer o controle social sobre a Política Municipal do Idoso - PMI, que está inscrito em seu 2º artigo: “proteger, promover e defender os direitos sociais do idoso, criando condições para sua autonomia, integração e participação na sociedade”. É órgão colegiado, permanente do sistema descentralizado e participativo da PMI de Florianópolis, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, com sua composição de caráter paritário entre governo e sociedade civil. O Regimento Interno do CMI no seu Art. 3º explica as características de cada item.

Parágrafo 1º do Art. 3º

Como órgão normativo, deverá expedir resoluções, formulando, definindo prioridades, disciplinando políticas públicas de atenção ao idoso e normatizando funcionamento de Entidades e/ou Programas governamentais e não-governamentais no âmbito municipal.

Parágrafo 2º

Como órgão consultivo, emitirá pareceres sobre todas as consultas que a ele forem dirigidas, após aprovação pela Sessão Plenária.

Parágrafo 3º

Como órgão deliberativo, reunir-se-á em Sessões Plenárias, decidindo, após discussão, por maioria simples de voto, todas as questões de sua competência”,

Ou seja, sobre a Política Municipal do Idoso, como também o controle das ações relacionadas a esta área.

E por fim, parágrafo 4º

Como órgão fiscalizador, deverá inscrever e fiscalizar as Entidades e/ou Programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso nas áreas das políticas públicas referidas no Estatuto do Idoso.

A estrutura e funcionamento do CMI de Florianópolis são regulamentadas pela Lei 7.694/08 e Regimento Interno do Conselho. O Art. 12 da Lei 7.694/08 considera que o CMI é composto por 20 membros, 10 de Organização Governamental – OG e 10 representantes de Organização Não Governamental – ONG. Como representantes de OG, os assentos são para órgão executor da Política Municipal, sendo que 04 (quatro) para área da Assistência Social; 01 (um) para Saúde; 01 (um) da Educação; 01 (um) da Habitação; 02 (dois) para área de turismo, cultura, lazer e esportes; e um para área do trabalho.

Nestes termos, é importante citar que em 13 de junho de 2008 foi sancionada a Lei 7.659/08 que cria o Fundo Municipal do Idoso de Florianópolis – FMI/Fpolis, de acordo com Art. 1º, é vinculado, administrado e gerido pela SEMAS (atual Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude), sob orientação e controle do CMI. Tem por objetivo, Art. 2º da referida Lei, apoiar financeiramente os programas, projetos, serviços e ações das Entidades e Instituições inscritas no CMI que são voltadas para promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, assim como no estudo e na pesquisa.

No decorrer de quase dois anos de estágio junto à GAI tivemos a oportunidade de participar de diversas atividades organizadas e desenvolvidas pelo CMI, como: Seminários, Conferência, Mobilização Contra a Violência, comemoração dos 10 anos CMI, dentre outras. E somos enfáticas ao afirmar que somente com uma equipe comprometida com a promoção e proteção dos direitos da pessoa idosa, bem como através das proposições de seus conselheiros, é possível uma atuação forte frente a efetivação dos direitos dos idosos no município de Florianópolis.

É importante que os Conselhos e seus conselheiros objetivem a proteção ao segmento que estão representando, e não a representação de interesses particulares ou do Estado, para assim não transformarem-se em um apêndice do poder público, onde os interesses da população pouco são levados em consideração. Para tanto, os conselheiros devem reconhecer o Conselho como espaço de discussão, elaboração e fiscalização das políticas em suas diversas áreas. Reconhecendo-se como protagonistas e agentes importantes nas tomadas de decisões, objetivando possíveis mudanças. Também é de suma importância desvincular os Conselhos de direito dos poderes públicos. Cabe aqui expressar um ponto desfavorável do CMI, uma vez que o mesmo situa-se no interior da Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude de Florianópolis. É importante ressaltar que a sociedade civil deve valer-se de seus direitos, uma vez que a mesma é representada nestes.

3.2.1 Estatuto do Idoso objetivando a garantia de direitos aos idosos

O Estatuto do Idoso é o expoente máximo da legislação referente a proteção do idoso. Criado a partir da aprovação da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, certamente foi um marco em termos de ratificar os direitos já estabelecidos através da Política Nacional do Idoso. Conforme seu Artigo 1º, visa regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Conforme é expresso no Artigo 2º do Estatuto do Idoso:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

A nova Lei estabelece os direitos fundamentais inerentes ao segmento idoso no país, tais como o direito à vida (arts. 8 e 9); à liberdade, ao respeito e à dignidade (art. 10), à alimentação (arts. 11 a 14), à saúde (arts. 15 a 19), educação, cultura, esporte e lazer (arts. 20 a 25), ao trabalho e profissionalização (arts. 26 a 28), à previdência social (arts. 29 a 32); à assistência social (arts. 33 a 36); à habitação (arts. 37 e 38) e finalmente ao transporte (arts. 39 a 42). Também assevera medidas de proteção gerais e específicas, além de acrescentar medidas para impedir o preconceito à pessoa idosa.

O Estatuto do Idoso cria, em seu Capítulo II, uma série de crimes em espécie, onde podemos destacar os que seguem:

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de qualquer finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

O Estatuto do Idoso foi mais um avanço em termos de legislação brasileira, constituindo-se em um instrumento viabilizador dos direitos sociais através da doutrina de proteção, representado a partir de uma conquista histórica da sociedade. Veio a contribuir com

a luta pela universalização dos direitos da pessoa idosa, sendo referência jurídica no campo da atenção ao segmento etário acima dos 60 anos.

Contudo, existe uma contradição, o Estatuto do Idoso assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e tantos outros direitos estabelecidos em lei são brilhantes e nobres no papel não chegando a concretizar-se plenamente em nossa sociedade, onde o foco não é a conquista dos direitos humanos e sociais e sim a privatização destes direitos. Não basta estar escrito na legislação para os direitos materializarem-se, o poder público precisa colocar em prática o que está escrito. Frente a estes argumentos colocados, a legislação surge como uma forma de apaziguar conflitos referentes a desrespeitos cometidos aos idosos no país.

Como preconizado em seu artigo 3º, o Estatuto do Idoso estabelece como obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso a efetivação dos direitos fundamentais citados acima, todavia, tal responsabilidade recai quase que totalmente sobre a família. Neste contexto, as políticas sociais intervêm somente quando o indivíduo, sua família, a sociedade e a comunidade não conseguem suprir suas necessidades.

Em 7 de julho de 2004 entra em vigor o Decreto nº 5.130 que regulamenta o art. 40 do Estatuto do Idoso. Tal decreto estabelece que as empresas de transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário, em viagens interestaduais, terão que reservar dois assentos gratuitos em cada veículo aos idosos que comprovem ter renda igual ou inferior a dois salários-mínimos. Caso os assentos disponibilizados para este fim já estejam ocupados, o idoso poderá optar pelo desconto mínimo de cinquenta por cento do valor da passagem.

A comprovação da renda *per capita* é realizada a partir da apresentação do comprovante emitido pelo INSS que comprova a renda do idoso, no guichê da empresa de transporte. Caso o idoso não possua renda, ou não a possa comprovar é realizada a confecção de um Cartão do Idoso, que em Florianópolis é realizada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude mediante documentação a ser apresentada.

4 OS DEMANDANTES DO BPC E A GERÊNCIA DE ATENÇÃO AO IDOSO - GAI

4.1 Compreendendo o que é o BPC

O Benefício de Prestação Continuada – BPC é um benefício da política de assistência social, sendo assim, não é contributivo. É uma transferência mensal de renda no valor de 1 (um) salário mínimo ao idoso, a partir dos 65 anos, e à pessoa com deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. A renda familiar *per capita* deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por mês, ou seja, a soma total da renda de toda a família, dividida pelo número de membros que fazem parte do núcleo familiar, vivendo na mesma casa, deve ser de R\$ 116,25 (salário mínimo de R\$ 465,00). O núcleo familiar aqui é entendido como: esposo, esposa; companheiro, companheira; filhos e filhas, menores de 21 anos ou inválidos; irmãos, irmãs, menores de 21 anos ou inválidos; pai e mãe. Cabe ressaltar que a renda mensal bruta familiar considera a soma dos rendimentos brutos obtidos mensalmente, como: salários, pensões, pensões alimentícias, proventos, pró-labore, benefícios de previdência pública ou privada, outros rendimentos do trabalho não assalariado, do mercado informal ou autônomo, rendimentos advindos do patrimônio, Renda Mensal Vitalícia e BPC. Sendo que, o valor do BPC concedido ao idoso não entra no cálculo da renda mensal bruta familiar para fins de concessão do benefício a outro idoso da mesma família.

Para adquirir orientação quanto ao BPC o usuário deve procurar uma Agência da Previdência Social, a Secretaria Municipal de Assistência Social de sua cidade, ou um CRAS, caso a cidade possua. Cabe ressaltar que as Agências do INSS não realizam o preenchimento do requerimento.

A solicitação do BPC se dá a partir da apresentação dos seguintes documentos:

- RG;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Certidão de óbito do esposo(a) falecido(a), se o beneficiário for viúvo(a);
- Comprovante de renda dos membros do grupo familiar;
- Número de Identificação do Trabalhador – NIT (PIS/PASEP) ou número de inscrição do Contribuinte Individual Doméstico / Facultativo / Trabalhador Rural, se possuir;
- Procuração nos casos necessários;

- Tutela, no caso de menores de 21 anos, filhos de pais falecidos ou desaparecidos;
- Curatela, no caso de pessoas inaptas para o exercício da vida civil;
- Documentação que comprove, em casos de divórcio, separação ou congênere.

Em Florianópolis o BPC pode ser requerido através dos cinco (05) CRAS existentes, nas duas (02) Agências da Previdência Social, assim como na Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude.

No caso de pessoa com deficiência, a condição de incapacidade para o trabalho e para a vida independente é atestada pela perícia médica do INSS.

Sendo verificado, através de entrevista, a possibilidade do usuário requerer o benefício, inicia-se as orientações, explicando o que é o BPC e orienta-se acerca dos documentos necessários para o seu requerimento. Uma vez com os documentos em mãos, é dado início ao preenchimento dos requerimentos (Anexo A) e, posteriormente, o agendamento eletrônico, através do telefone 135¹⁶.

O BPC não está sujeito a desconto de qualquer contribuição, nem gera direito a abono anual, como o 13º salário. O benefício não poderá ser acumulado com nenhum outro da Previdência Social ou de outro regime assistencial ou previdenciário. Além de ser intransferível, sendo assim, não gera pensão à sucessores ou herdeiros.

O BPC é assegurado pela Constituição Federal de 1988, nas disposições acerca da seguridade social (Arts. 203 e 204) e regulamentado em 1993 pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS.

A regulamentação do BPC se deu com o Decreto nº 1.744 do dia 08 de dezembro de 1995 (Anexo B), revogado dia 26 de setembro de 2007 pelo Decreto nº 6.214 (Anexo C) LEI, que estabeleceu como competência do Ministério da Previdência Social - MPAS, por intermédio da Secretaria de Assistência Social - SAS, a implementação, coordenação geral, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação da prestação do benefícios, compartilhadas com as representações Municipais e Estaduais de Assistência Social, o que passou a ser de responsabilidade, a partir de 2004, do Ministério do Desenvolvimento Social e

¹⁶ Por meio do telefone 135, é possível tanto agendar o seu atendimento, com dia e hora marcada em qualquer Agência da Previdência Social - observando as vagas disponíveis, quanto requerer diretamente o auxílio doença, pedido de prorrogação - PP, pedido de reconsideração -PR, salário maternidade e pensão por morte. O agendamento, além de possibilitar o atendimento programado e personalizado, permite a entrada de pedido de aposentadoria, auxílio-reclusão, benefício assistencial, pecúlio, pensão por morte e salário-maternidade. CTC. Simulação de Contagem de Tempo de Contribuição e protocolo de recurso. Poderá ainda programar atendimento de carga para advogado constituído, devolução de carga, devolução de documentos, solicitação de cópias de processo, vistas de processo e análise para conclusão de processos pendentes.

Horário das Centrais: das 07h00 horas às 22h00 horas de segunda à sábado

Fonte: www.previdencia.gov.br

Combate a Fome. O Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, através das Agências de Previdência Social, cabe a responsabilidade da operacionalização; O processamento dos dados ficam a cargo do DATAPREV¹⁷. O BPC também é garantido pelo Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).

O BPC é financiado com recursos Federais situados no Fundo Nacional de Assistência Social, integrando a proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e deve ser prestado em consonância com outras políticas e serviços da assistência social, com o intuito de ampliar a proteção das pessoas com deficiência e idosos, bem como de suas famílias.

O principal espaço de articulação entre o BPC e o usuário são – ou deveriam ser - os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e as Secretária de Assistência Social, ou correspondentes. Estes devem divulgar o benefício, bem como, identificar possíveis beneficiários e assim orientar acerca dos critérios do mesmo.

Do ponto de vista da trajetória histórica do BPC, cabe destacar que, inicialmente, o BPC esteve completamente vinculado à previdência social, tanto no que se refere a sua implementação quanto à sua gestão, sendo assim, desvinculado da assistência social. Tal fato reflete, ainda hoje, pois muitos usuários confundem o benefício como sendo uma aposentadoria. Esse quadro mudou a partir da criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 2004, que passou a ter em sua estrutura a Secretaria Nacional de Assistência Social, bem como a criação do Departamento de Benefícios Assistenciais. E neste aspecto de definição do lugar do BPC, não podemos deixar de mencionar – como contextualizado nas seções anteriores – a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e sua Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, bem como a nova Política Nacional de Assistência Social – PNAS que possibilitaram a concretização o lugar do BPC como Política de Assistência Social, trazendo o usuário como protagonista da mesma e mobilizando-o, como preza a PNAS.

A NOB/SUAS estabelece as responsabilidades de cada esfera governamental referente ao BPC, assim como o acompanhamento e atenção aos beneficiários. De acordo com a NOB/SUAS os municípios habilitados na gestão básica e plena deverão “Manter estrutura para a recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos Benefícios Eventuais, com equipe profissional composta por no

¹⁷ A Dataprev – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social originou-se dos centros de processamento de dados dos institutos de previdência existentes em 1974. Denominada, primeiramente, como Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, a Dataprev é uma empresa pública instituída pela Lei nº 6.764/79. Sua primeira Diretoria tomou posse em 10 de maio de 1979.

mínimo, um (01) profissional de serviço social”. Além de: “Apresentar Plano de Inserção e Acompanhamento de beneficiários do BPC, conforme sua capacidade de gestão, contendo ações, prazos e metas a serem executados, articulando-as às ofertas da Assistência Social e as demais políticas pertinentes, dando cumprimento ainda ao art. 24 da LOAS”.

4.2 Os demandantes do BPC e a GAI: entre deferidos e indeferidos – dados da realidade

A Gerência de Atenção ao Idoso – GAI teve uma demanda de 20 (vinte) encaminhamentos ao BPC entre 2007 e 2008. E em cada caso foi realizado orientação, o preenchimento do requerimento e encaminhamento à Agência da Previdência Social. Destes – até 13 de abril de 2009 – 10 (dez) idosos tiveram suas solicitação ao BPC deferidas, 8 (oito) idosos tiveram suas solicitações indeferidas e 2 (dois) idosos permanecem com a solicitação tramitando.

Em relação aos indeferimentos, os motivos alegados foram diversos, em quatro casos foi constatado que a renda familiar *per capita* era superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Em outro caso a solicitação não deu prosseguimento, pois o idoso estava em processo para adquirir aposentadoria, aguardando somente o resultado da perícia. Em outra solicitação o benefício foi indeferido, pois, de acordo com o técnico do INSS, na tentativa de realizar visita domiciliar foi localizado a residência indicada pelo idoso, porém foi constatado que o mesmo não residia na mesma, após tentamos contato com o solicitante, porém não conseguimos localizá-lo. E em outro caso o idoso estava tendo dificuldades de localizar a documentação referente a seu divórcio. E no último caso, constatamos o indeferimento do benefício através do SUAS WEB¹⁸, porém, na qualidade de estagiária que acompanha as solicitações deste benefício, foi tentado a realização de contato com o idoso, porém não conseguimos efetivar o mesmo.

Os 2 (dois) encaminhamentos que estão tramitando, ambos há cerca de 1 ano e três meses, foram inicialmente indeferidos, tendo como motivo à renda familiar *per capita* superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, porém tal afirmativa não procede, conforme constatação de

março de 1975. Dois anos mais tarde, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS - definiu a Dataprev como integrante do Sinpas - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (já extinto). Fonte: www.dataprev.gov.br

¹⁸ O SUASWEB é um sistema que vem sendo aprimorado para atender os requisitos do novo modelo de gestão e as novas regras trazidas por este. Hoje está composto no Plano de Ação do *Demonstrativo Sintético Físico-Financeiro*, de informações gerais para gestores: saldos, contas corrente, beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), parcelas pagas contendo ordem bancária, data do pagamento, entre outros. Fonte: www.mds.gov.br.

documentos que os idosos nos apresentaram. Em ambos os casos entramos com recursos e estamos aguardando resposta.

No decorrer de 2 (dois) anos, dentre os 20 (vinte) encaminhamento ao BPC, metade deste foram deferidos, a seguir exporemos de acordo com análise documental, uma breve caracterização de cada um destes 10 idosos que tiveram o acesso à esse direito concretizado, são eles:

I – - Em entrevista realizada na GAI, dia 11 de julho de 2007, Sra. Otilia¹⁹, 65 anos, relatou que vive no Morro da Caixa, em casa própria de alvenaria, contendo 3 (três) cômodos. Teve 4 (quatro) filhos. É natural de Florianópolis. Reside com uma filha, de 38 anos, e duas netas, de 10 e 19 anos. A renda da família é decorrente do provento da filha que trabalha como diarista, sendo assim, não possui renda fixa e da ajuda esporádica do ex-cônjuge da idosa, ao qual está separada há cerca de 15 anos. Compareceu à GAI para obter informação acerca de aposentadoria, como a mesma não possuía tempo suficiente de contribuição, foi verificado que a mesma poderia solicitar o BPC. 20 (vinte) dias após a entrevista a idosa retornou à GAI com a documentação necessária e realizamos o preenchimento do requerimento do BPC, bem como o encaminhamento à Agência da Previdência Social.

II Em entrevista realizada na GAI dia 24 de julho de 2007, Sra. Cecilia, 71 anos, relatou que vive no bairro Rio Vermelho, em casa de madeira, composta de 2 (dois) cômodos, cedida pelo filho que encontra-se nos Estados Unidos. Segundo a idosa, o mesmo encontra-se de forma ilegal no país e trabalha com serviço gerais. A idosa é natural da capital do estado do Rio de Janeiro e reside há cerca de 1 (um) ano em Florianópolis. A mesma não possui renda fixa, trabalhando como auxiliar de costura. Está separada há cerca de 6 (seis) meses e não recebe nenhum auxílio financeiro de seu ex-cônjuge. Na ocasião realizamos orientação e o preenchimento do requerimento do BPC, bem como o agendamento eletrônico através do 135. Cabe aqui ressaltar que a idosa procurou a GAI afim de solicitar o benefício de órtese ocular (óculos) e que não tinha nenhum tipo de informação referente ao BPC.

III – Em entrevista realizada na GAI dia 23 de outubro de 2007, Sra. Adriana, 66 anos, relatou que reside no Mont Serrat (região central da cidade), em casa alugada pela PMF – devido a queda de sua residência em decorrência de enchente - de alvenaria, contendo 4 (quatro)

¹⁹ Todos os nomes aqui citados são fictícios.

cômodos. Teve 7 (sete) filhos. A idosa é natural de Chapecó/SC, está separada há cerca de 30 anos e há cerca de 2 (dois) anos possui um companheiro. Reside com o companheiro, de 53 anos, e uma enteada, de 9 anos. A renda da família é decorrente de trabalhos esporádicos realizados pelo companheiro da idosa. A mesma relatou que obteve conhecimento do BPC através de terceiros, que são beneficiados. Quase dois meses depois da entrevista a idosa compareceu à GAI e realizamos o preenchimento do requerimento do benefício e o encaminhamento à Agência da Previdência Social.

IV – Em entrevista realizada na GAI dia 21 de novembro de 2007, Sr. Valdir, 66 anos, viúvo há cerca de 4 anos, relatou que reside sozinho, em casa alugada por R\$ 150,00, de madeira, composta por 2 (dois) cômodos, no bairro Ingleses. Não possui filhos. Sua renda é decorrente de trabalhos esporádicos que realiza como auxiliar de pedreiro e serviços gerais. Relatou ainda, que recebe ajuda da igreja católica de seu bairro e de terceiros. Nunca trabalhou de modo formal. Obteve conhecimento do BPC na GAI, quando procurou para solicitar auxílio alimentação. A partir da entrevista verificamos que o idoso poderia requerer o BPC. Dez dias após a entrevista o idoso compareceu à GAI e realizamos o preenchimento do requerimento do benefício e o encaminhamento à Agência da Previdência Social.

V – Em entrevista realizada na GAI dia 18 de fevereiro de 2008, Sr. Francisco, 66 anos, separado, relatou que reside sozinho, no bairro Cachoeira do Bom Jesus, em casa cedida por conhecidos, residência esta de alvenaria, composta por 6 (seis) cômodos. Relatou que a condição para sua permanência na residência, é o cuidado que realiza referente a manutenção da casa. Natural de São Valentim/RS reside em Florianópolis há menos de 1 (um) ano. Teve 13 filhos, todos residem em Dionísio Cerqueira/SC. Sua renda é decorrente somente da ajuda de um filho, que trabalha como auxiliar de pedreiro, recebendo cerca de R\$ 800,00. Na ocasião o idoso procurou a GAI para solicitar auxílio alimentação (cesta-básica), sendo que no decorrer da entrevista podemos verificar que o mesmo pode requerer o BPC. Como o idoso possuía toda a documentação necessária, realizamos o preenchimento dos requerimentos e encaminhamento para a Agência da Previdência Social, a partir do agendamento eletrônico realizado pelo 135.

VI – Em entrevista realizada na GAI dia 15 de maio de 2008, Sr. José, 65 anos, relatou que reside sozinho no bairro Ingleses, em casa cedida por parentes, com 4 (quatro) cômodos. Natural de Jataizinho/PR, vive em Florianópolis há cerca de 9 anos. Separado há cerca de 8

anos, teve 4 filhos. É diagnosticado portador de hepatite crônica, realizando tratamento no Hospital Universitário – HU. Sua renda é decorrente de trabalhos autônomos que realiza como jardineiro, além de ajuda financeira esporádica de um dos filhos que reside no Japão. Obteve informação acerca do BPC na Agência da Previdência Social, que o encaminhou à GAI. Como o idoso na ocasião possuía toda a documentação necessária, preenchemos o requerimento e realizamos o encaminhamento. Em cerca de 30 dias sua solicitação foi deferida. Em contato telefônico, o filho do idoso nos informou que o mesmo veio a óbito em outubro de 2008, em decorrência do agravamento da hepatite.

VII - Através de encaminhamento do Programa Renda Extra, realizamos dia 31 de julho de 2008 entrevista com o Sr. Jorge, 65 anos, solteiro. O idoso relatou que reside sozinho, em casa própria, de madeira, composta de 2 (dois) cômodos, no bairro Jardim Atlântico. Natural de Urubici/SC, reside em Florianópolis há mais de 7 (sete) anos. Não possui filhos. Sua renda é decorrente do benefício Renda Extra, no valor do 1 (um) salário mínimo. Na ocasião, como o idoso possuía toda a documentação necessária, realizamos o preenchimento dos requerimentos e encaminhamento para a Agência da Previdência Social, a partir do agendamento eletrônico realizado pelo 135.

VIII – Em entrevista realizada na GAI dia 24 de setembro de 2008, Sra. Marta, 65 anos, relatou que vive sozinha. no bairro Armação do Pântano do Sul, em casa alugada por R\$ 400,00, de madeira, composta por 5 (cinco) cômodos. Natural de São Paulo capital, reside em Florianópolis há mais de 7 anos. Teve 3 (três) filhas, sendo que uma reside na França, uma em São Paulo e outra em Florianópolis. Sua renda é decorrente da venda de artesanatos. Recebe auxílio financeiro de duas filhas. Obteve informação acerca do BPC, quando procurou a GAI para solicitar o Cartão da Transporte Interestadual. Na ocasião, como a idosa possuía toda a documentação necessária, realizamos o preenchimento dos requerimentos e encaminhamento para a Agência da Previdência Social, a partir do agendamento eletrônico realizado pelo 135.

IX – Em entrevista realizada na GAI dia 16 de outubro de 2008, Sra. Eva, 65 anos, separada há cerca de 5 anos, relatou que vive em alugada por R\$ 250,00, de 2 (dois) cômodos, no bairro Abraão com seu filho, de 40 anos. Natural de Porto Alegre/RS, vive em Florianópolis há cerca de 7 anos. Teve 4 (quatro) filhos, sendo que dois vivem na capital do Rio Grande do Sul e os outros dois na capital Catarinense. A renda da família é decorrente do salário do filho de R\$ 1.300,00 que trabalha como vigilante. A idosa obteve informação acerca do BPC na

própria GAI, que procurou para solicitar o Cartão do Transporte Interestadual. Como a idosa na ocasião possuía toda a documentação necessária, realizamos então o preenchimento dos requerimentos e encaminhamento para a Agência da Previdência Social, a partir do agendamento eletrônico realizado pelo 135.

X – Em entrevista realizada na GAI dia 8 de dezembro de 2008, Sra. Marilda, 65 anos, divorciada há cerca de 10 anos, relatou que reside sozinha, em casa alugada por R\$ 250,00, de 2 (dois) cômodos, no bairro Armação do Pântano do Sul. Natural de Bagé/RS vive em Florianópolis há cerca de 3 anos. Teve 4 (quatro) filhos, sendo que duas residem em Aracaju e dois filhos em Florianópolis. A idosa possui diagnóstico de epilepsia refratária (inflamação dos nervos), além de ser hipertensa e diabética. Sofreu 3 AVC's. Relatou que possui inglês fluente, devido aos anos que trabalhou em uma conhecida rede de Escolas de Línguas do país. Porém, de acordo com recomendação média, a mesma não pode nem mesmo ministrar aulas particulares. A renda da mesma é decorrente da venda de artesanatos. Obteve informação referente ao BPC através de terceiros, que indicaram a GAI. Na ocasião realizamos o preenchimento dos requerimentos e encaminhamento à Agência da Previdência Social através do agendamento eletrônico, pelo 135.

Os relatos expressos acima indicam somente o primeiro contato referente ao BPC, quando os idosos procuraram a GAI. Subseqüente a tais descrições, cada idoso recebeu o encaminhamento devido, seja para a concessão de benefícios, ou encaminhamentos à rede sócio-assistencial do município, bem como explanação acerca do BPC, como um direito adquirido.

A análise dos casos acima citados se tornam pertinentes uma vez que, atualmente, o BPC é um dos programas de transferência de renda de maior abrangência no país.

O Brasil hoje conta com dois grandes programas de transferência de renda, o Programa Bolsa Família e o BPC que, juntos, atendem diretamente quase 14 milhões²⁰ de famílias. A ascensão do BPC é muito expressiva, como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: BPC – número de benefícios e gastos de 1996 à 2002

Ano	Número de benefícios		Gastos R\$
	Idoso	PPD	
1996	41.992	304.337	172.342.940
1997	88.806	557.088	769.732.678
1998	207.031	641.268	1.134.199.299
1999	312.299	720.274	1.533.122.422
2000	403.207	806.720	2.001.468.219
2001	469.047	870.072	2.694.021.512
2002	584.597	976.257	3.428.100.225
TOTAL	2.106.979	2.106.979	11.732.987.295

Legenda: PDD – Pessoa Portadora de Deficiência

Fonte: www.mds.gov.br (2009)

Cabe observar que é significativa a ampliação do acesso dos idosos entre os anos de 1997 e 1998, período em que a idade para o acesso ao BPC foi reduzida de 70 para 67 anos. Alteração essa posta a partir da sanção da Lei nº 9.720 de 30 de novembro de 1998 (Anexo D). E finalmente, reduzindo para 65 anos a partir do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 1º/10/2003).

Cabe aqui ressaltar que não foi possível levantar informações recentes acerca do número de beneficiários, bem como os gastos do benefício. As tentativas ocorreram através de verificação em sites oficiais da União, contato telefônico e pessoal em instituições, como o INSS.

Analisando a Tabela 1, podemos constatar que, apesar dos critérios restritivos do BPC, o mesmo atende um grande número de contingente. A partir do ano que entrou em vigor até 2002, havendo uma ampliação de mais de 450%.

De acordo com o sistema informatizado SUAS/Web, até o dia 19 de dezembro de 2008, existiam 855 beneficiários do BPC em Florianópolis.

Entre 2007 e 2008 foram realizados pela GAI, através do Setor de Avaliação para Concessão de Benefícios, 20 encaminhamentos do BPC, os quais serão caracterizados através de tabelas. As mesmas estão organizadas considerando seus deferimentos, indeferimentos ou

²⁰ De acordo com MEDEIROS, BRITO E SOARES (2007).

tramitação. Expondo o sexo, idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, local de moradia, forma de ocupação do imóvel e composição familiar dos requerentes ao BPC.

Se compararmos os dados quantitativos gerais do município de Florianópolis com os encaminhamentos realizados pela GAI, de 20 (vinte) benefícios, tal percentual é quase desprezível. Essa constatação nos levou a considerar que o acesso ao programa possui aspectos que dificultam a inserção ao benefício.

Certamente a divulgação do BPC - por parte da prefeitura de Florianópolis e de outros órgãos governamentais – não é eficiente, ou melhor, é quase inexistente. Isso faz com que a informação chegue ao público alvo somente quando o mesmo se desloca ao INSS, ao CRAS ou à Secretaria de Assistência Social do município. Para embasar tal afirmativa basta analisar os relatos dos 10 idosos acima citados. 6 (seis) deles não possuíam nenhum tipo de informação acerca do BPC, onde constataram “por acaso” que poderiam estar reclamando seu direito. E pior, 3 (três) destes poderiam estar recebendo o BPC a pelo menos 1 anos. E em um caso o idoso poderia estar incluído há cerca de 6 anos.

De fato, muitas vezes a orientação e divulgação para o grande público, a partir da Prefeitura, ocorre pelo “boca à boca”, levando o usuário ao CRAS, à Secretaria Municipal de Assistência Social e Juventude ou INSS.

Outro ponto determinante nesta análise é o fato de não podermos determinar quantos encaminhamentos ao BPC, os CRAS realizaram, sendo que – como já mencionado - nem todos os referentes Centros possuem um controle estatístico de encaminhamentos do benefício. Se não há registro, como haver controle?

Porém, apesar desta dúvida, é evidente que falta articulação dos órgãos públicos no tocante à divulgação do benefício. Desta forma, percebendo esta deficiência, nosso Projeto de Intervenção, que fez parte do Estágio Curricular Obrigatório I e II, tenta suprir tal necessidade. Nossa proposta foi a elaboração e confecção de um folder (Apêndice A) direcionado aos coordenadores dos Grupos de Convivência de Idosos de Florianópolis, objetivando orientar os tais coordenadores acerca do BPC, com vistas ao acesso do benefício, como um direito adquirido. Visamos ampliar a compreensão dos mesmos à respeito da política de assistência social como na lógica do direito social; sensibilizá-los acerca da importância do BPC para o idoso de baixa renda, bem como, facilitar a participação de todos os coordenadores para a socialização das informações que foram obtidas através do folder e das orientações subsequentes.

No entanto, no tocante ao BPC, a divulgação é um dos problemas a ser analisado, porém, não é o único. Somente analisando o universo da GAI, em 2008 houve cerca de 1.400

solicitações de benefícios (cesta-básica, fralda e óculos), sendo assim, concluímos que 1.400 idosos em situação de vulnerabilidade sócio-econômica procuraram a GAI afim de adquirir um benefício, que é seu por direito. Entre 2007 e 2008, apenas 10 idosos incluíram-se nos critérios estipulados pelo BPC. Através desta exposição podemos constatar que o BPC é extremamente focalizado e excludente.

Sua determinação de renda *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo é um fator determinante, excluindo um contingente grande de idosos. A título de exemplo: uma família, onde o núcleo familiar é composto por 4 (quatro) pessoas, sendo uma delas idosa. E levando em consideração que somente uma pessoa possui renda no valor de um salário mínimo, ou seja, a família vive com 1 salário mínimo. O idoso não poderá requerer o BPC, pois a renda será igual a 1 (um) salário mínimo e não inferior a este.

Neste ponto é pertinente expor uma ressalva, onde mesmo a renda familiar sendo igual ou superior a ¼ do salário mínimo, o requerente pode entrar com recurso, explicitando sua situação. É pertinente que tal processo seja realizado por uma assistente social que esteja acompanhando o caso do idoso.

Realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, através de análises documentais extraídas de 20 (vinte) cadastros, os quais realizamos orientações e encaminhamento ao BPC. Cadastros estes, de idosos atendidos pelo Setor de Avaliação para Concessão de Benefícios da GAI, onde levantamos o perfil dos idosos que requereram o BPC através da GAI no período de janeiro de 2007 à dezembro de 2008.

Tabela 2: Distribuição do BPC segundo situação do pedido na GAI - Faixa etária e naturalidade

Faixa Etária Naturalidade	65-67			68-70			71-73			Total
	D	I	T	D	I	T	D	I	T	
Florianópolis	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Interior de SC	3	2	1	-	1	-	-	-	-	7
Rio Grande do Sul	3	1	-	-	1	-	1	-	-	6
Paraná	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Outros Estados	1	-	-	-	1	-	1	1	-	4
TOTAL	9	4	1	-	3	-	2	1	-	20/20

Legenda: D-Deferido I-Indeferido T-Tramitando
Fonte: Da autora – Baseado PMF GAI (2009)

De acordo com a tabela acima, podemos verificar que a maior parte dos idosos que tiveram seu benefício deferido, compreendem a faixa etária entre 65 e 67 anos, demonstrando que o acesso ocorreu na idade estabelecida para a inclusão ao BPC. Isso se dá – lembrando os dez relatos expostos anteriormente, porque muitos idosos entre 60 e 65 anos buscam

informações acerca de aposentadoria e ficam sabendo acerca do benefício no INSS ou através de terceiros que acessaram o BPC. Porém, foi realizado 6 (seis) encaminhamentos ao BPC à idosos na faixa dos 71 a 73 anos.

Mesmo após a inserção do usuário no benefício, por vezes o mesmo ainda confunde a provisão do BPC com um tipo de aposentadoria, como sintetiza Gomes (2001, p.100) em sua pesquisa, que deu origem à sua tese de mestrado:

[...] O benefício não é visível como componente da assistência social, nem por usuários, nem por gestores da assistência, nem pela maioria de seus operadores. Os usuários o chamam pacificamente e unanimemente de aposentadoria – uma aposentadoria diferente porque não contribuíram, mas é uma aposentadoria para quem não pode trabalhar.

Cabe aqui a elucidação por parte dos assistentes sociais aos usuários, no tocante a concepção de que, de fato, o BPC é uma benefício assistencial legitimado constitucionalmente. Conquista esta feita através de um processo de lutas, que se traduziu em uma conquista da sociedade. Desvinculando-o da concepção de ajuda, de auxílio – muitas vezes propagada pelos próprios agentes que viabilizam o acesso ao direito. Objetivando a construção de uma cultura onde o cidadão possa sentir-se como um cidadão de direitos frente ao benefício.

Tal situação nos leva a refletir acerca da responsabilidade do poder público em relação a socialização da informação, uma vez que tal obrigação está expressa legalmente, como anteriormente mencionado. Como também cabe aos profissionais do Serviço Social se utilizar da dimensão pedagógica da profissão, no que tange oportunizar ao sujeito informações que o levarão a efetivação de seus direitos, emancipando-os.

Outro aspecto a ser analisado, a partir da tabela 2, é a naturalidade dos requerentes que foram atendidos na GAI. Como verificamos na tabela acima, num total de 20 encaminhamentos, 7 (sete) são naturais do interior do Estado de Santa Catarina e apenas 2 de Florianópolis. Tal quadro reflete a migração para a cidade de Florianópolis.

Muitos migram para a capital do Estado de Santa Catarina em busca de oportunidades que não obteram no interior do Estado ou em sua cidade natal, acreditando que em Florianópolis terão maiores chances de colocação no mercado de trabalho. A capital também acaba sendo o destino de muitas pessoas que se deslocam objetivando tratamento de saúde, e acabam não retornando para as cidades de origem mesmo com o término do tratamento. Lisboa (2002, p.39) aponta os principais problemas que enfrentam os migrantes “ao desembarcar nas grandes cidades são: a falta de moradia, de alimentação e de emprego; o

choque cultural, a dificuldade em obter documentação e a falta de uma qualificação profissional.”

Tal migração certamente também é decorrente da campanha realizada pelo município, bem como de pesquisas e estudos, como o realizado pela Organização das Nações Unidas - ONU, que, segundo relatório, apontou Florianópolis como a capital brasileira com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH²¹, da ordem de 0,875 em 2000.

Tabela 3: Distribuição do BPC segundo situação do pedido na GAI – Escolaridade e Sexo

Sexo Escolaridade	Feminino			Masculino			Total
	D	I	T	D	I	T	
Alfabetizado	1	1	-	1	-	-	3
Não alfabetizado	1	1	1	-	-	-	3
Fundamental completo	-	-	-	-	-	-	0
Fundamental incompleto	2	5	1	3	1	-	12
Ensino médio completo	2	-	-	-	-	-	2
Ensino médio incompleto	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL	6	7	2	4	1	0	20/20

Legenda: D-Deferido I-Indeferido T-Tramitando

Fonte: Da autora – Baseado PMF/GAI (2009)

Observando as tabelas acima percebemos que, dos 20 encaminhamentos realizados, 15 são do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Como o BPC é destinado à parcela da população empobrecida, a pobreza aqui possui um recorte feminino.

Essa percepção da mulher em situação de vulnerabilidade sócio-econômica também é visível a partir das demandas da GAI, que de acordo com os Relatório Trimestrais de 2007 e 2008, 78 % das solicitações de benefícios foram do sexo feminino.

Esse quadro perverso pode ser explicado nesta análise de Lisboa (2005, p.72):

A pobreza de gênero atravessa todas as ordens e todas as categorias sociais. As mulheres são as mais pobres em seus países, em suas classes, etnias, grupos de idade, em suas gerações. De cada sete pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo, quatro são mulheres. Dados da ONU confirmam que 70% dos pobres do mundo são mulheres, o que vem confirmar a tese sobre a ‘feminização da pobreza’, e mostra que uma crescente proporção de famílias, abaixo da linha oficial de pobreza, são chefiadas por mulheres.

²¹ O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. Fonte: www.onu-brasil.org.br.

Tabela 4: Distribuição do BPC segundo situação do pedido na GAI – Localização do imóvel e Forma de ocupação do imóvel

Forma de ocup. do imóvel	Próprio			Alugado			Cedido			Total
	D	I	T	D	I	T	D	I	T	
Região										
Central	1	2	-	1*	1	-	-	1	-	6
Norte	-	2	-	1	-	-	3	-	-	6
Sul	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Leste	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Continental	2	2	1	-	-	-	-	-	-	5
TOTAL	3	6	1	4	1	1	3	1	0	20/20

* O aluguel é custeado pela PMF, a partir do programa destinado as famílias que perderam suas casas devido à enchentes.

Legenda: D-Deferido I-Indeferido T-Tramitando Local

Fonte: Da autora – Baseado PMF GAI (2009)

A partir dos dados apresentados na Tabela 4, podemos verificar que, 18 dos 20 idosos aqui analisados são advindos de um processo gradual de migração. A tabela acima – bem como os relatos analisados – demonstram que os idosos se estabelecem nas regiões periféricas, em áreas sem infra-estrutura, esgoto ou saneamento, ou que compromete a saúde por vezes já debilitada destes idosos. Do total de idosos pesquisados, metade possuíam residência própria, porém. as mesmas são precárias, em péssimas condições de conservação, além de possuírem poucos cômodos caracterizando residência de pequenas proporções, conforme relatos.

Tal realidade é claramente exposto por Martins (1997 *apud* LISBOA, 2002, p. 39), quando o mesmo enfatiza que:

Chegando à cidade, essas famílias passam a morar na periferia (favelas), dado o alto custo da moradia. Nestes locais geralmente inexistente qualquer infra-estrutura de saneamento, regularização de posse de terreno, iluminação pública, creches. Além disso, enfrentam problemas como o desemprego, o subemprego, o alcoolismo, o narcotráfico, a violência, o menor abandonado, etc. Todas estas circunstâncias levam estas famílias a viver uma ‘nova desigualdade’.

Tabela 5: Distribuição do BPC segundo situação do pedido na GAI – Composição familiar e Estado Civil

Estado civil	Casado			Solteiro			Separado			Divorciado			Viúvo			Total
	D	I	T	D	I	T	D	I	T	D	I	T	D	I	T	
Nº de pessoas																
01	-	-	-	2	1	-	2	1	-	1	-	-	1	-	-	8
02-03	1	2	-	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	1	-	8
04-05	-	-	-	-	-	-	1	2	1	-	-	-	-	-	-	4
TOTAL	1	2	0	3	1	0	4	4	2	1	0	0	1	1	0	20/20

Legenda: D-Deferido i-Indeferido T-Tramitando Local

Fonte: Da autora – Baseado PMF GAI (2009)

A tabela 5 permite constatar que metade dos idosos pesquisados são separados de seus cônjuges, e que a maioria reside sozinho. Concretizando um quadro de abandono, onde o

idoso encontra-se só e em situação de risco social. Sendo que, apesar de o idoso contar apenas consigo mesmo, ele em geral possui filhos e parentes, que podem viver em sua cidade natal ou até mesmo em Florianópolis. Constatamos também, através dos relatos, que em muitos casos os idosos possuem mais de 3 filhos, porém não possuem contato freqüente com os mesmo, ou até mesmo nenhum contato.

O exposto ao longo desta seção nos leva a concluir que o Benefício de Prestação Continuada traduz-se em uma renda ínfima, porém, certa aos idosos que tramitam entre a faixa da indigência e da pobreza. O contra senso aqui é que o benefício sozinho não oferece condições para a beneficiário poder adquirir sua autonomia e assim poder adquirir condições para deixar o benefício. Alcançando um outro patamar - passando da indigência para a pobreza.

Para tanto, a articulação entre os programas, projetos e serviços oferecidos pela rede sócio-assistencial, se fazem necessário como preconizado no Art 24, da Loas: “Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais”. Objetivando amparar esse idoso, que é já fragilizado devido as características de sua idade biológica e também por sua necessidades sociais.

No decorrer destes 13 anos de efetivação do BPC é importante citar que ocorreram vitórias, como as reduções da idade para o acesso dos idosos, além de alteração do atestado da renda familiar, que até o final de 1997 era atestada por autoridades, conselhos de assistência social e assistentes social. Conforme a Medida Provisória nº 1.473-34 de 08 de agosto de 1997, convertida na Lei nº 9.720/98, que passa a responsabilizar o usuário pelo repasse das informações, minimizando o aspecto clientelista já incutido no benefício.

Outro ponto a se destacar refere-se ao processo de Revisão do BPC, que é estabelecido pela LOAS e pelo Decreto nº 1.744, de 08.12.95, que regulamenta o BPC. Estabelecendo a revisão do BPC a cada dois anos para avaliação da continuidade das condições que deram origem a solicitação do benefício. Até o momento foram realizadas 5 etapas de revisão, sendo que a primeira teve seu início em outubro de 1999 e a última com início de fevereiro de 2005.

No tocante a ampliação do BPC é importante relatar que no momento tramita na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados o PL nº 3077 apresentado em 25 de março de 2008 (Anexo E) que propõe alterações na Lei nº 8.742/93 – LOAS, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. A referida PL tem como relator o deputado Raimundo Gomes de Matos.

O BPC, que na LOAS está posto em seu artigo 20 neste PL nº 3077 faz-se necessário duas alterações, que a partir de suas concretizações possibilitarão a inclusão de um grande número de beneficiados e também ampliará a atuação do assistente social no processo de concessão do benefício, são eles:

1. Alteração da renda *per capita*, de inferior à $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, para $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo;
2. Conforme estabelece a Portaria do MDS de nº 44, de 19 de fevereiro de 2009, em seus artigos 13 e 14, que estabelece instruções sobre Benefício de Prestação Continuada - BPC referentes os dispositivos da Norma Operacional Básica - NOB/SUAS/2005. Estabelecendo que além da avaliação médica da deficiência, realizada por médico perito do INSS, também seja realizada avaliação social, por assistente social do INSS.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adotarmos como temática de pesquisa o Benefício de Prestação Continuada – BPC e mais especificamente o perfil dos idosos que requereram o benefício no Setor de Avaliação para Concessão de Benefícios da GAI, nossa intencionalidade era investigar se este benefício se constitui efetivamente em um direito conquistado.

Sabemos que trata-se de um benefício de caráter assistencial, que garante uma renda, que pela primeira vez não é estabelecida a partir de uma relação contratual. uma vez que não há a necessidade de contribuição com o sistema previdenciário, sendo assim, um benefício admitido como direito.

Neste sentido, o BPC estabelece-se como um direito social reconhecido constitucionalmente e garantido, ainda que restrito e insuficiente. Suas condicionalidades – idade igual ou superior à 65 anos e renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo - não permitem que parcela significativa da população idosa possa acessá-lo. o que por si só expressa uma contradição, já que não se verifica o caráter universal do direito.

Faz-se ainda pertinente destacar, ao tratarmos do BPC como um direito no campo da assistência social. um aspecto perverso presente em nossa sociedade, o de ter o trabalho numa posição de centralidade. Logo, aqueles que não trabalham são estigmatizados pois. *quem trabalha é sujeito digno e quem não está inserido no mercado de trabalho é inútil*. Desta forma, a assistência social é vista como um direito destinado aos não trabalhadores, modelo esse construído historicamente e reafirmado com o BPC, por tratar-se de uma provisão de renda mínima destinada aos impossibilitados de trabalhar; classificando assim os sujeitos de

forma perversa, característica do liberalismo ideológico. Tais características não são privilégio do BPC, mas também dos demais programas, projetos e serviços vinculados à assistência social no Brasil.

O BPC é uma provisão mínima; restrita devido às suas condicionalidades; segmentado; um direito aos mínimos; seletivo; objetiva a superação da condição vulnerável à qual se encontra o beneficiário, uma vez que é considerado como emergencial; não possui uma articulação com outras políticas, o que dificulta a emancipação de seus usuários. Contudo, não podemos deixar de citar que o BPC possui possibilidades – e também limites como citados acima, uma vez que, apesar de seu alcance ser reduzido, seus limites já foram maiores. Ressaltamos que, pela primeira vez, a destinação de uma renda não adquire conotação contratual, pois, não exige comprovação de contribuição com a previdência, ou seja, é não contributivo.

Consideramos como aspecto dificultador para a obtenção do benefício pelo idoso a insuficiente e muitas vezes errônea disseminação de informações sobre o mesmo, o que por vezes pode significar – como analisados nos documentos cadastrais dos idosos – o acesso tardio ao BPC ou até mesmo a não inclusão no mesmo.

À ausência de informações adequadas e suficientes é somada as dificuldades de disponibilidade de profissionais qualificados na atuação com os idosos. É bom lembrar que o acesso do usuário à informação é um direito e faz parte da competência pedagógica atribuída ao assistente social. Tal afirmativa refere-se também aos técnicos responsáveis pela viabilização do benefício das Agências da Previdência Social, uma vez que os requerentes do benefício por si só encontram-se de algum modo fragilizado, seja por suas condições físicas ou psicológicas. Faltando muitas vezes o “tato” e até mesmo o respeito devido no atendimento aos usuários. Não esquecendo que essa falta de informação por parte dos possíveis beneficiários, pode gerar a necessidade de mediações, seja por parte de assistentes sociais, por parentes, abrigos e até mesmo de gestores públicos que podem beneficiar-se deste processo. Incutindo ainda mais a noção de ajuda, já arraigada na assistência social e no BPC.

Para viabilizar nossa análise diante do explorado, realizamos uma coleta de dados a partir dos 20 (vinte) cadastros de idosos que requereram o BPC no setor de Avaliação para Concessão de Benefícios da GAI, possibilitando traçar o perfil destes.

Como observado na seção 4 deste trabalho o Benefício entre 2007 e 2008 refere-se predominantemente, de pessoas do sexo feminino; idade média entre 65 e 67 anos; separadas de seus cônjuges; residem sozinhas em casa própria que apresenta condições precárias de moradia, localizada em região periférica, e em sua maioria nas regiões Central e Norte da

capital; não são naturais de Florianópolis, sendo que a maioria migrou do interior do Estado de Santa Catarina, além de possuírem baixa escolaridade, sendo que grande parte destes não terminaram o ensino fundamental.

Neste sentido, existem desafios à equipe de assistentes sociais que atuam junto ao segmento do idoso na Secretaria de Assistência Social do município de Florianópolis, já começa pela escassez de profissionais qualificados e capacitados para lidar com o idoso. Além de recursos financeiros insuficientes para atender a demanda, até mesmo a emergencial. Outro desafio posto diariamente aos profissionais é o trabalho em condições físicas inadequadas, o que compromete o sigilo profissional e até mesmo a qualidade de sua atuação.

Porém, mesmo inserido neste quadro de desrespeito e privação - para com o usuário e com o profissional, o assistente social deve procurar assegurar um atendimento de qualidade para o idoso, bem como expressar-se de forma crítica, buscando a transformação desta realidade posta. Porém, não basta ser um profissional crítico, mas também propositivo, procurando fortalecer os usuários através de uma ação profissional empenhada na garantia dos direitos, bem como incutir nos sujeitos a noção de promoção e proteção de seus direitos, objetivando melhorar a qualidade de vida deste grupo etário que mais cresce em nosso país.

Como estratégia de enfrentamento ao acesso restrito do idoso ao BPC, o profissional de Serviço Social deve propor ações no sentido de ampliar o Benefício, o que vem ocorrendo - de modo moroso - através da PL 3077. Porém, a discussão pela categoria profissional acerca do tema é fundamental para o fortalecimento da noção da necessidade de ampliação do BPC, seja através dos Conselhos de Direito, Conferências, Congressos, enfim, nos espaços de participação da sociedade civil e de democratização das informações.

Neste sentido, a atuação do Assistente Social na Política de Assistência Social e na sua prática profissional pressupõe o comprometimento profissional que expresse o projeto ético e político da profissão. Cada profissional deve ser responsável por sua ação e pela interligação, em todos os níveis de atenção, para com o usuário, uma vez que inseridos nos espaços sócio-ocupacionais, os profissionais do Serviço Social sofrem com o imediatismo existente nestes. Deste modo, é preciso ter clareza sobre a sua atuação possibilitando um comprometimento com as demandas existentes. O comprometimento do profissional para com seu projeto ético e político pressupõe a superação desse imediatismo, percebendo uma visão clara e profunda da realidade social, possibilitando que seja percebida em sua totalidade, pois como expõe Guerra (2004), é preciso primeiramente compreender para poder transcender. Sendo assim, cabe aos assistentes sociais irem em busca dos mecanismos que tornem possível a efetivação de fato da Assistência Social como subsídio para a garantia dos direitos sociais.

Nestes termos, a experiência no campo de estágio nos proporcionou uma visão mais crítica acerca do (des)comprometimento do Estado para com a assistência social e para com as políticas públicas em geral. O aparato teórico que adquirimos no decorrer do processo acadêmico, nós oportunizou um embasamento para refletir acerca dos limites institucionais percebidos no cotidiano do campo de estágio. O estágio possibilitou também uma análise mais aprofundada referente ao BPC e sua restrição, principalmente quando consideramos que o Setor onde realizamos estágio atende idosos que estão em situação de extrema pobreza ou até mesmo em situação de indigência e, mesmo assim, em 2 (dois) anos, somente 20 destes enquadraram-se – a princípio - nos critérios estabelecidos pelo Benefício.

Certamente a experiência no campo de estágio teve uma grande contribuição para o nosso processo de formação profissional, onde podemos constatar qual tipo de profissional queremos ser. O assistente social acomodado à prática e conformado com as situações postas diariamente, ou o profissional propositivo, que busca garantir o acesso aos direitos dos usuários, buscando também ultrapassar as barreiras institucionais, e descobrir mecanismos viabilizadores da política de assistência social e dos direitos nela afiançados, e assim concretizar a luta em defesa dos direitos da pessoa idosa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **Novo sindicalismo e o serviço social**. São Paulo: Cortez, 1995, 316 p.
- ANTUNES, R. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 2.ed. Boitempo: São Paulo, 1998.
- BATISTA, P. N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. 3 ed. São Paulo: Peres. 1995. 56p.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>. Acesso em: 08 jun. 2009.
- BRASIL. Lei 8.742, de 8 de Dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/noticias/social/loas.html>. Acesso em: 10 maio 2009.
- BRASIL. **Norma Operacional Básica – NOB/SUAS**. Brasília, novembro de 2005.
- BRASIL. PNAS - **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004. Disponível em: www.mds.gov.br/concursos/pss-2008/pnas_final.pdf. Acesso em: 10 jun. 2009.
- BORGES, M. C. M. O idoso e as políticas públicas e sociais no Brasil. In.: SIMSON, O. (Org.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas: Alínea, 2003. p. 79-104.
- CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. A questão social nas décadas de 1920 e 1930 e as bases para a implantação do serviço social. In.: _____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 127-167.
- CASTRO, Z. M. B.. Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960-1980). **Revista Katálisis**, Florianópolis, n.1, p.13-30, jul. 1997.
- COVRE, M. L. M. **O que é cidadania**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 79p. Coleção primeiros passos.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

DEMO, P. Capitalismo contemporâneo e política social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 32-45, jan./jun. 2005.

DUARTE, A. O processo de reforma da previdência social pública brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado? In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 73, São Paulo: Cortez, 2003, p. 120-141.

EATON, J. **Manual de economia política**. Rio de Janeiro: Zahar. 1965.

FALEIROS, V. P. Desafios do Serviço Social na era da Globalização. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 61, São Paulo: Cortez, 1999, p. 152-186.

FLORIANÓPOLIS. **Plano municipal de Assistência Social de Florianópolis 2006-2009**. Trabalho não publicado.

FREITAS, R. C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74, jan./jun. 2007.

FONSECA, P. C. D.; MONTEIRO, S. M. M.. **Credibilidade e populismo no Brasil: a política econômica dos Governos Vargas e Goulart**. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbe/v59n2/a04v59n2.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2009.

GARCIA, N. J. O controle ideológico. In.: _____. **O Estado Novo: ideologia e propaganda política**. São Paulo: Loyola, 1982, p. 97-121.

GOMES, A.L. **O Benefício de Prestação Continuada: um direito da Assistência Social -- uma imperfeita tradução?** 2001. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento às condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 91, São Paulo: Cortez, 2004, p. 5-33.

HERING, R. V. **A luta pelo direito**. 15 ed. Rio de Janeiro: Martin Claret, 1995. 94 p.

HADDAD, E. G. M. Idosos: do assistencialismo ao direito. **Revista Inscrita**, Brasília, n. 6, p. 25-30, jul. 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2009.

LISBOA, T. K. Mulheres migrantes de origem cabocla e seu processo de “empoderamento”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 5, n.1, p. 33-47, jan./jun. 2002.

_____. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n.1, p. 67-77, jan./jun. 2005.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, n. 1, p. 15-23, jan./jun. 2007.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINELLI, R. As (res)significações da cidadania e da democracia em face da globalização. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p.11-22, jul./dez. 2001

MARTINS, C. E. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 35-43, jan. jun. 2007.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, V. B.; PAIVA, B. A. A implantação da lei orgânica da assistência social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, p. 46-74, mar. 2003.

MEKSENAS, P. Direitos e participação política. In: _____. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 31-55.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA Jr., C.E.A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: _____. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 11-24.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Guia de Políticas e Programas do MDS**. Brasília: [s.n], 2008.

NOGUEIRA, V. M. R. Estado de bem-estar social – origens e desenvolvimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p. 89-103, jul./dez. 2001.

OLIVEIRA, C. H.; PINTO, M. M.. Política de assistência social e cidadania no Brasil hoje: alguns elementos para discussão. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.8, n.1, p. 46-58, jan./jun. 2005.

PEREIRA, P. A. P. **Formação em serviço social, política social e o fenômeno do envelhecimento**. 2005. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.net/download/formacaosocialpotyara.pdf>. Acesso em: 10 maio 2009.

_____. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez. 2007. 215p.

SAES, D. A. M.. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 16, p. 9-38, 2003,

SEIBEL, E. J. Políticas sociais e a questão da debilidade institucional. **Revista Katálysis**. Florianópolis, n.5, p. 23-32, jul./dez. 2001.

SPOSATI, A. A menina LOAS. CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 4., 2003, Brasília. **Anais...** Brasília: CNAS, 2003. Disponível em: <http://www.ceas.sc.gov.br/downloads/sposati.doc> Acesso em: 04 maio 2009.

VIEIRA, E. Direitos sociais e política social. In: _____. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez. 2004, p.11-61.

_____. **A república brasileira 1964-1984**. São Paulo: Moderna, 1995.

TELLES, V. S. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999. 194p.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez. 2002, 208p.

VERAS, R.P. **País jovem com cabelos brancos**. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 1995.

YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez. 2001. 184p.

APÊNDICE

**APÊNDICE – A: FOLDER DESTINADO AOS COORDENADORES DOS GRUPOS DE
IDOSOS DE FLORIANÓPOLIS**

Documentos necessários para solicitar o requerimento do Benefício

- Certidão de nascimento ou casamento;
- Documento de identidade, ou outro que possa se identificar;
- Carteira de trabalho, contendo o número do PIS;
- CPF, se tiver;
- Comprovante de residência;
- Documento legal, no caso de procuração ou curatela
- Documento de identidade, carteira de trabalho, CPF, certidão de nascimento ou casamento ou outros documentos que possa identificar todas as pessoas que fazem parte da família e suas rendas.

IMPORTANTE

- Mais de uma pessoa pode receber o BPC na família, desde que a renda familiar por pessoa seja menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo;
- Se já existe um idoso que recebe o BPC na família, este valor NÃO entra no cálculo da renda familiar.
- O BPC não é aposentadoria;
- O BPC não dá direito ao 13º salário.

Você como coordenador (a) de Grupo de Convivência de Idosos poderá propagar as informações adquiridas, entre os idosos que fazem parte de seu grupo, entre familiares, vizinhos e amigos, ampliando este conhecimento em sua rede social, e com isso contribuindo para o fortalecimento das ações coletivas e o acesso aos direitos.

Respaldo legal que garante o BPC

- Constituição Federal de 1988
- Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS
- Estatuto do Idoso

“LEMBRE-SE: O BPC É UM DIREITO”

Para requerer o BPC e maiores informações, procure:

- CRAS - Centro de Referência de Assistência Social da sua região;
- INSS - Instituto Nacional do Seguro Social;
- Secretaria Municipal de Assistência Social.

Realização: Paloma Patrícia Arias Schutel – estagiária de Serviço Social da
Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS /
Programa Sócio Assistencial - PASA – abril de 2009

Tenho uma importante
informação para
compartilhar com você
coordenador (a) de Grupo
de Convivência de Idosos d
Florianópolis !!!

Você sabe o que é o BPC



BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

BPC é um Benefício da Assistência Social, no valor de um salário mínimo, pago pelo Governo Federal, à pessoas idosas a partir dos 65 anos e pessoas com deficiência, incapacitadas para a vida independente e para o trabalho.

**IDOSO
CIDADÃO**



Como saber se o idoso tem direito ao BPC

- Comprovar que possui 65 anos ou mais;
- Que não recebe nenhum benefício previdenciário;
- Que a renda familiar deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo por pessoa;

Renda familiar por pessoa. Como calcular ?

A renda familiar por pessoa é a soma total da renda de toda a família, dividida pelo número de membros que fazem parte do núcleo familiar, vivendo na mesma residência.

Ex: com o salário mínimo no valor de R\$ 465,00, $\frac{1}{4}$ deste valor são R\$ 116,25



Fonte: Gettyimages

Quais as pessoas da família que deve fazer parte deste cálculo.

- Esposa / Esposo
- Companheira / Companheiro
- Filhos / Filhas, menores de 21 anos ou inválidos
- Irmãos / Irmãs, menores de 21 ou inválidos
- Pai / Mãe

ANEXO

Anexo A – Requerimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC e Declaração sobre a composição do grupo e renda familiar do idoso e da pessoa portadora de deficiência.



REQUERIMENTO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL – LEI 8.742/93

OL:		NB:	E:
NOME:		DATA DE NASCIMENTO:	
NOME DA MÃE:		NOME DO PAI:	
ENDEREÇO:		CEP:	
SEXO: <input type="checkbox"/> Masc. <input type="checkbox"/> Fem.	NATURALIDADE:	<input type="checkbox"/> DEFICIENTE <input type="checkbox"/> IDOSO	ESTADO CIVIL: <input type="checkbox"/> SOLTEIRO <input type="checkbox"/> CASADO <input type="checkbox"/> VIÚVO <input type="checkbox"/> DESQUITADO <input type="checkbox"/> OUTROS
Declara que: <input type="checkbox"/> Recebe benefício do _____ (Indicar a instituição de previdência) <input type="checkbox"/> Não recebe benefício da Previdência Social, nem de outro regime e assume a responsabilidade por essa declaração, sob as penalidades previstas em Lei. _____ (Local e Data) _____ (Assinatura do Requerente ou do Representante Legal)			USO DO INSS ÓRGÃO MANTENEDOR: MICRORREGIÃO:
Preencher quando o declarante for o Representante Legal. NOME DO PROCURADOR, OU CURADOR OU TUTOR (Representante Legal):			PROTOCOLO DATA: RUBRICA E MATRÍCULA
ENDEREÇO:		CEP:	
DIRBEN - 8232			

ANEXO II
OI/INSS/DIRBEN Nº 81/2003

DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHAR O REQUERIMENTO

CARIMBO DA POSTAGEM
ECT

- ☐ Carteira de Trabalho, ou Contracheque de Pagamento, ou Carnê de Contribuição no INSS, ou extrato de pagamentos de benefícios do(s) membros(s).
- ☐ Registro Civil de Nascimento ou de Casamento, ou Certificado de Reservista, ou Carteira de Identidade, ou Carteira de Trabalho, ou outro.
- ☐ Documentos de Identificação dos membros do grupo familiar.
- ☐ Declaração sobre a composição do Grupo familiar (Anexo III).
- ☐ Procuração com Termo de Responsabilidade.
- ☐ Termo de Curatela/Tutela.

PARA USO DO INSS

ANÁLISE CONCLUSIVA QUANTO A RENDA "PER CAPITA"

Renda total do Grupo Familiar:	Enquadra-se na exigência quanto a renda "per capita"? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Número de participantes do Grupo Familiar:	
Renda "per capita":	
Salário Mínimo vigente:	
Local e Data	Assinatura e Carimbo

ANEXO III
OI/INSS/DIRBEN Nº 81/2003



DECLARAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO GRUPO E RENDA FAMILIAR DO IDOSO
E DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

NOME DO REQUERENTE:				CPF:
ENDEREÇO:			CIDADE:	
UF:	CEP:	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	

Declaração para fins de requerimento do Benefício Assistencial devido ap idoso e ao portador de deficiência (Lei nº 8.742/93), que o requerente acima qualificado:

☐ Vive sozinho ☐ Vive internado: _____ ☐ Convive sob o mesmo teto com as pessoas relacionadas abaixo:

Instituição

ORDEM	NOME	DATA DE NASCIMENTO	PARENTESCO	SITUAÇÃO OCUPACIONAL	RENDIMENTO MENSAL	EXISTE COMPROVAÇÃO DE RENDIMENTOS?
REQUERENTE		___/___/___				
2		___/___/___				
3		___/___/___				
4		___/___/___				
5		___/___/___				
6		___/___/___				
7		___/___/___				
8		___/___/___				
9		___/___/___				
10		___/___/___				

Pela presente, declaro serem completas e verdadeiras as informações acima expostas, estando ciente das penalidades no Código Penal Brasileiro, arts. 171 e 299.

Local: _____/_____/_____

Assinatura do Requerente ou Representante Legal

Preencher quando o declarante for o Representante Legal

NOME:	RG (Identidade):	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CPF:
ENDEREÇO:		CIDADE:	CEP:
Condição do Representante Legal <input type="checkbox"/> PAI <input type="checkbox"/> MÃE <input type="checkbox"/> CURADOR <input type="checkbox"/> TUTOR <input type="checkbox"/> PROCURADOR <input type="checkbox"/> DIRETOR DE ENTIDADE FILANTRÓPICA			

Anexo B – Decreto nº 1.744, de 8 de dezembro de 1995.



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 1.744, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1995

(Revogado pelo Decreto nº 6.214, de 2007)

Regulamenta o benefício de prestação continuada devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E DO BENEFICIÁRIO

Art. 1º O benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, com setenta anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

Art. 2º Para os fins deste Regulamento, considera-se:

I - família: a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes;

II - pessoa portadora de deficiência: aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, que impeçam o desempenho das atividades da vida diária e do trabalho;

III - família incapacitada de prover a manutenção de pessoa portadora de deficiência ou idosa: aquela cuja renda mensal de seus integrantes, dividida pelo número destes, seja inferior ao valor previsto no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993.

Art 3º A condição de internado não prejudica o direito do idoso ou do portador de deficiência ao recebimento do benefício.

Parágrafo único. Entende-se por condição de internado, para efeitos do caput deste artigo, aquela relativa a internamentos em hospitais, asilos, sanatórios, instituições que abriguem pessoa portadora de deficiência ou instituições congêneres.

Art 4º São também beneficiários os idosos e as pessoas portadoras de deficiência estrangeiros naturalizados e domiciliados no Brasil, desde que não amparados pelo sistema providenciário do país de origem.

CAPÍTULO II

DA HABILITAÇÃO, DO INDEFERIMENTO, DA CONCESSÃO, DA REPRESENTAÇÃO E DA MANUTENÇÃO< /H2>

SEÇÃO I

Da Habilitação e do Indeferimento

Art. 5º Para fazer jus ao salário mínimo mensal o beneficiário, idoso deverá comprovar que:

I - possui setenta anos de idade ou mais;

II - não exerce atividade remunerada;

III - a renda familiar mensal per capita é inferior a prevista no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993.

Art. 6º Para fazer jus ao salário mínimo mensal, o beneficiário portador de deficiência deverá comprovar que:

I - é portador de deficiência que o incapacite para a vida independente e para o trabalho;

II - a renda familiar mensal per capital é inferior a prevista no § 3º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993.

Art. 7º O benefício de prestação continuada deverá ser requerido junto aos Postos de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ao órgão autorizado ou a entidade conveniada.

§ 1º Os formulários de requerimento para a habilitação do beneficiário serão fornecidos pelos Postos de Benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, pelo órgão autorizado ou pela entidade conveniada.

§ 2º A apresentação de documentação não constitui motivo de recusa limitar de requerimento do benefício.

Art. 8º A comprovação da idade do beneficiário idoso, a que se refere o inciso I do art. 5º, far-se-á mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento;

II - certidão de casamento;

III - certidão de reservista;

IV - carteira de identidade;

V - carteira de trabalho e previdência social emitida há mais de cinco anos;

VI - certidão de inscrição eleitoral.

Art. 9º A prova de idade do beneficiário idoso estrangeiro naturalizado e domiciliado no Brasil far-se-á pela apresentação de um dos seguintes documentos:

I - título declaratório de nacionalidade brasileira;

II - certidão de nascimento;

III - certidão de casamento;

IV - passaporte;

V - certidão ou guia de inscrição consular ou certidão de desembarque devidamente autenticadas;

VI - carteira de identidade;

VII - carteira de trabalho e previdência social, emitida há mais cinco anos;

VIII - certidão de inscrição eleitoral.

Art. 10. Caso a data de expedição dos documentos mencionados nos arts 8º e 9º remonte há menos de cinco anos da data da apresentação do requerimento, deverão ser solicitados outros documentos expedidos anteriormente, para reforço da prova de idade.

parágrafo único. Na hipótese do caput, poderão ser examinados documentos e feitas perícias, sempre que necessário, a critério do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 11. A pessoa portadora de deficiência será identificada mediante a apresentação de um dos documentos mencionados no art. 8º.

Parágrafo único. A pessoa estrangeira portadora de deficiência, naturalizada e domiciliada no Brasil, identificar-se-á mediante a apresentação de um dos documentos mencionados no art. 8º.

Art. 12. Para comprovação da inexistência de atividade remunerada do beneficiário idoso, admitir-se-á como prova declaração dos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

1º Nas localidades onde não existir Conselho de Assistência social, admitir-se-á prova mediante declaração em situação regular junto aos Conselhos Regionais de Serviço Social, e de autoridades locais identificadas e qualificadas.

2º São autoridades locais para os fins do disposto no parágrafo anterior, além de outras declaradas em ato do Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social: os juizes, os juizes de paz, os promotores de justiça, os comandantes militares do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e das Forças Auxiliares e os delegados de polícia.

3º Não será exigido o reconhecimento da firma dos signatários das declarações a que se refere o caput e os parágrafos anteriores.

4º A declaração que não contiver dados fidedignos acarretará ao declarante as penas previstas em lei.

Art. 13. A comprovação da renda familiar per capita será feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos por parte de todos os membros da família do requerente que exerçam atividade remunerada:

I - Carteira de Trabalho e Previdência Social com anotações atualizadas;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - carnê de contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou outro regime de previdência social público ou privado;

V - declaração de entidade, autoridade ou profissional a que se refere o art. 12.

1º A apresentação de um dos documentos mencionados nos incisos I a V deste artigo, não exclui a faculdade de o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitir parecer sobre a situação sócio-econômica da família do beneficiário.

2º A declaração de que trata o inciso V será aceita somente nos casos de trabalhadores que, excepcionalmente, estejam impossibilitados de comprovar sua renda mediante a documentação mencionada nos incisos I a IV.

Art. 14. A deficiência será comprovada mediante avaliação e laudo expedido por serviço que conte com equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1º Na inexistência de equipe multiprofissional no município o beneficiário poderá apresentar, no mínimo, dois pareceres técnicos, sendo um emitido por profissional da área médica, e outro por profissional das áreas terapêutica ou educacional, ou ainda laudo emitido por uma entidade de reconhecida competência técnica.

2º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com esses serviços.

3º Quando o beneficiário deslocar-se por determinação do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para submeter-se a avaliação em localidade diversa da de sua residência, deverá a instituição custear o seu transporte e pagar-lhe diária.

4º Caso o beneficiário, a critério do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS necessite de acompanhante, a viagem deste deverá ser autorizada, aplicando-se o disposto no parágrafo anterior.

5º O valor da diária paga ao beneficiário e a seu acompanhante será igual ao valor da diária concedida aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 15. para efeito de habilitação ao benefício de que trata este Regulamento, serão apresentados o requerimento e documentos que comprovem as condições exigidas, não sendo obrigatória a presença do requerente para esse fim.

1º O requerimento será feito em formulário próprio, devendo ser assinado pelo interessado ou por procurador, tutor ou curador, a representante legal.

2º Na hipótese de o requerente ser analfabeto ou estar impossibilitado de assinar, será admitida a aposição da impressão digital, na presença de funcionário do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou do órgão autorizado ou da entidade conveniada, que o identificará, ou a assinatura a rogo, em presença de duas testemunhas.

3º A existência de formulário próprio não impedirá que seja aceito qualquer requerimento pleiteando o benefício, sendo, entretanto, indispensável que nele constem os dados imprescindíveis ao processamento.

4º Quando se tratar de pessoa em condição de internado, na forma prevista neste Regulamento, admitir-se-á requerimento assinado pela direção do estabelecimento onde o requerente encontra-se internado.

Art. 16. O benefício será indeferido, caso o beneficiário não atenda às exigências contidas neste Regulamento.

Parágrafo único. No caso de indeferimento, caberá recurso para o Conselho de Recursos da Previdência Social, a contar do recebimento da comunicação, na forma estabelecida no seu regimento interno.

SEÇÃO II

Da Concessão

Art. 17. O benefício de prestação continuada não está sujeito a desconto de qualquer contribuição e não gera direito a abono anual.

Art. 18. O benefício de que trata este Regulamento não pode ser acumulado com qualquer outro benefício pecuniário no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime previdenciário ou assistência.

§ 1º É indispensável que seja verificada a existência de registro de benefício previdenciário em nome do requerente.

2º Competirá ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou ao órgão autorizado ou à entidade conveniada, quando necessário, promover verificações junto a outras instituições de previdência ou de assistência social, bem como junto aos atestantes ou vizinhos do requerente.

Art. 19 o benefício de prestação continuada será devido a mais de um membro da mesma família, enquanto for atendido o disposto no inciso III do art. 2º deste Regulamento, passando o valor de benefício a compor a renda familiar, para a concessão de um segundo benefício.

Art. 20. Fica o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS obrigado a emitir e enviar aos beneficiários o aviso de concessão do benefício.

SEÇÃO III

Da Representação e da Manutenção

Art. 21. O benefício será pago diretamente ao beneficiário ou a seu procurador, tutor ou curador.

§ 1º A procuração, renovável a cada doze meses, deverá ser, preferencialmente, lavrada em Cartório, podendo ser admitida procuração feita em formulário próprio de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, desde que comprovado o motivo da ausência.

§ 2º O procurador, tutor ou curador do beneficiário deverá firmar, perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o órgão autorizado ou a entidade conveniada, termo de responsabilidade mediante o qual se comprometa a comunicar qualquer evento que possa anular a procuração, tutela ou curatela, principalmente o óbito de outorgante, sob pena de incorrer nas sanções criminais cabíveis.

Art. 22. O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, o órgão autorizado ou a entidade conveniada somente poderão negar-se a aceitar procuração quando se manifestarem indícios de inidoneidade do documento ou do procurador, sem prejuízo, no entanto, das providências que se

fizerem necessárias.

Art. 23. Somente será aceita a constituição de procurador com mais de uma procuração ou procuração coletiva nos casos de representantes de instituições que abriguem pessoas na condição de internado.

Art. 24. Não poderão ser procuradores:

I - os servidores públicos ativos, civis ou militares, salvo se parentes até o segundo grau.

II - os incapazes para os atos da vida civil, ressalvado o disposto no art. 1.298 do Código civil.

Parágrafo único. Nas demais disposições, relativas à procuração, observar-se-á, subsidiariamente, o disposto no Código Civil.

Art. 25 O procurador fica obrigado, no caso de transferência do benefício de uma localidade para outra, à apresentação de novo instrumento de mandato na localidade de destino.

Art. 26. A procuração perderá a validade, efeito nos seguintes casos:

I - quando o outorgante passar a receber pessoalmente o benefício, declarando, por escrito que cancela a procuração existente;

II - quando o outorgante sub-rogar a procuração;

III - pela expiração do prazo fixado ou pelo cumprimento ou extinção da finalidade outorgada;

IV - por morte do outorgante ou do procurador;

V - por interdição de uma das partes;

VI - por desistência do procurador, desde que por escrito.

Art. 27. Não podem outorgar procuração, devendo ser representados por tutor ou curador, o menor de 21 anos, exceto se assistido após os 16 anos ou emancipado após os 18 anos, e o incapaz para os atos da vida civil.

Art. 28. O benefício devido ao beneficiário incapaz será pago a cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta, e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

§ 1º O curador ou tutor pode outorgar procuração a terceiros, com poderes para recebimento do benefício e, nesta hipótese, a outorga, obrigatoriamente, será feita por instrumento público.

§ 2º A procuração não isenta o tutor ou curador da condição original de mandatário titular da tutela ou curatela.

Art. 29. O pagamento do benefício de prestação continuada não será antecipado.

Art. 30. Os benefícios serão pagos na rede bancária autorizada e, nas localidades onde não houver estabelecimento bancário, o pagamento será efetuado por órgão autorizado ou entidade conveniada.

Art. 31. O pagamento de benefício decorrente de sentença judicial far-se-á com a

observância da prioridade garantida aos créditos alimentícios, na forma da lei.

CAPÍTULO III

DO ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Art. 32. Compete ao Ministério da Previdência e Assistência Social, por intermédio da Secretaria de Assistência Social, a coordenação geral, o acompanhamento, e a avaliação da prestação do benefício.

Parágrafo único. O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é o responsável pela operacionalização do benefício de prestação continuada previsto neste Regulamento.

Art. 33 Qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, especialmente os Conselhos de Direitos e as Organizações Representativas de pessoas portadoras de deficiência e de pessoas idosas, é parte legítima para a iniciativa das autoridades do Ministério da Previdência e Assistência Social, fornecendo-lhes informações sobre irregularidades na aplicação deste Regulamento, se for o caso

CAPÍTULO IV

DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO

Art. 34. O benefício de que trata este Regulamento deverá ser suspenso se comprovada qualquer irregularidade.

§ 1º Verificada a irregularidade, será concedido ao interessado o prazo de trinta dias para prestar esclarecimento e produzir, se for o caso, prova cabal da veracidade dos fatos alegados.

§ 2º Esgotado esse prazo, sem manifestação da parte, será cancelado o pagamento de benefício e aberto o prazo de quinze dias para recurso à Junta de Recursos da Previdência Social.

Art. 35 O pagamento do benefício cessa:

- I - no momento em que forem superadas as condições que lhe deram origem;
- II - em caso de morte do beneficiário;
- III - em caso de morte presumida, declarada em juízo;
- IV - em caso de ausência, declarada em juízo, do beneficiário.

~~Art. 36. O benefício de prestação continuada é intransferível, não gerando direito a pensão ou pagamento de resíduo a herdeiro ou sucessor.~~

~~Art. 36. O benefício de prestação continuada é intransferível, não gerando direito a pensão. (Redação dada pelo Decreto nº 4.360, de 5-9-2002)~~

~~Parágrafo único. O valor não recebido em vida pelo beneficiário será pago aos seus herdeiros diretamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social. (Redação dada pelo Decreto nº 4.360, de 5-9-2002)~~

~~Art. 36. O benefício de prestação continuada é intransferível, não gerando direito a pensão. (Redação dada pelo Decreto nº 4.312, de 20-5-2001)~~

~~Parágrafo único. O valor do resíduo não recebido em vida pelo beneficiário será pago aos herdeiros ou sucessores, na forma da lei civil. (Redação dada pelo Decreto nº 4.312, de 20-5-2001)~~

29.5.2003)

CAPÍTULO V

DA RENOVAÇÃO

Art. 37. O benefício de prestação continuada deverá ser revisto a cada dois anos, para reavaliação das condições que lhe deram origem.

Art. 38. Para reavaliar as condições que deram origem ao benefício, será necessário comprovar a situação prevista no art. 13 deste Regulamento.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39. A partir de 1º de janeiro de 1996, ficam extintos o auxílio-natalidade, o auxílio-funeral e a renda mensal vitalícia.

Parágrafo único. É assegurado ao maior de setenta anos e ao inválido o direito de requerer a renda mensal vitalícia junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS até 31 de dezembro de 1995, desde que atenda, alternativamente, aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do § 1º do art. 139 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

Art. 40. O benefício de prestação continuada devido ao idoso e à pessoa portadora de deficiência, criado pela Lei nº 8.742, de 1993, somente poderá ser requerido a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 41. As despesas com o pagamento do benefício de que trata este Regulamento far-se-ão com recursos do Fundo Nacional da Assistência Social - FNA.

Art. 42. A partir de 1º de janeiro de 1998, a idade prevista no inciso I do art. 5º deste Regulamento reduzir-se-á para 67 anos e, a partir de 1º de janeiro de 2000, para 65 anos.

Art. 43. Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização do benefício de prestação continuada previsto neste Regulamento.

Art. 44. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 45. Revoga-se o Decreto nº 1.330, de 8 de dezembro de 1994.

Brasília, 8 de dezembro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Reinhold Stephanes

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 11.12.1995

Anexo C – Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.214, DE 26 DE SETEMBRO DE 2007.

Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e no art. 34 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo deste Decreto, o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada instituído pelo art. 20 da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

Art. 2º O art. 162 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

Parágrafo 1º O período a que se refere o **caput** poderá ser prorrogado por iguais períodos, desde que comprovado o andamento regular do processo legal de tutela ou curatela." (NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogados os Decreto nº 1.744 de 3 de dezembro de 1995, e o Decreto nº 2.150 de 12/2/2002.

Brasília, 26 de setembro de 2007; 186º da Independência e 189º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Luiz Marinho

Patrus Ananias

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.9.2007

ANEXO

REGULAMENTO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO I

DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E DO BENEFICIÁRIO

Art. 1º O Benefício de Prestação Continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de

dezembro de 1993, é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso, com idade de sessenta e cinco anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

§ 1º O Benefício de Prestação Continuada integra a proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em consonância com o estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS.

§ 2º O Benefício de Prestação Continuada é constitutivo da PNAS e integrado às demais políticas setoriais, e visa ao enfrentamento da pobreza, à garantia da proteção social, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, nos moldes definidos no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 8.742, de 1993.

§ 3º A plena atenção à pessoa com deficiência e ao idoso beneficiário do Benefício de Prestação Continuada exige que os gestores da assistência social mantenham ação integrada às demais ações das políticas setoriais nacional, estaduais, municipais e do Distrito Federal, principalmente no campo da saúde, segurança alimentar, habitação e educação.

Art. 2º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, a implementação, a coordenação-geral, a regulação, financiamento, o monitoramento e a avaliação da prestação do benefício, sem prejuízo das iniciativas compartilhadas com Estados, Distrito Federal e Municípios, em consonância com as diretrizes do SUAS e da descentralização político-administrativa, prevista no inciso I do art. 204 da Constituição e no inciso I do art. 5º da Lei nº 8.742, de 1993.

Art. 3º O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS é o responsável pela operacionalização do Benefício de Prestação Continuada, nos termos deste Regulamento.

Art. 4º Para os fins do reconhecimento do direito ao benefício, considera-se:

I - idoso: aquele com idade de sessenta e cinco anos ou mais;

II - pessoa com deficiência: aquela cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho;

III - incapacidade: fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social;

IV - família incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou do idoso: aquela cuja renda mensal bruta familiar dividida pelo número de seus integrantes seja inferior a um quarto do salário mínimo;

V - família para cálculo da renda **per capita**, conforme disposto no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993: conjunto de pessoas que vivem sob o mesmo teto, assim entendido, o requerente, o cônjuge, a companheira, o companheiro, o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais, e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido; e

VI - renda mensal bruta familiar: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pelos membros da família composta por salários, proventos, pensões, pensões alimentícias, benefícios de previdência pública ou privada, comissões, **pró-labore**, outros rendimentos do trabalho não assalariado, rendimentos do mercado informal ou autônomo, rendimentos auferidos do patrimônio, Renda Mensal Vitalícia e Benefício de Prestação Continuada, ressalvado o

disposto no parágrafo único do art. 19.

§ 1º Para fins do disposto no inciso V, o enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante comprovação de dependência econômica e desde que não possuam bens suficientes para o próprio sustento e educação.

~~§ 2º Para fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada de crianças e adolescentes até dezesseis anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo dispensável proceder à avaliação da incapacidade para o trabalho.~~

§ 2º Para fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada às crianças e adolescentes menores de dezesseis anos de idade, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo dispensável proceder à avaliação da incapacidade para o trabalho. (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

§ 3º Para fins do disposto no inciso V, o filho ou o irmão inválido do requerente que não esteja em gozo de benefício previdenciário ou do Benefício de Prestação Continuada, em razão de invalidez ou deficiência, deve passar por avaliação médico pericial para comprovação da invalidez. (Incluído pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

~~Art. 5º O beneficiário não pode acumular o Benefício de Prestação Continuada com qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o da assistência médica.~~

Art. 5º O beneficiário não pode acumular o Benefício de Prestação Continuada com qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o da assistência médica e no caso de recebimento de pensão especial de natureza indenizatória, observado o disposto no inciso VI do art. 4º. (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

Art. 6º A condição de internado advém de internamento em hospital, abrigo ou instituição congênere e não prejudica o direito da pessoa com deficiência ou do idoso ao Benefício de Prestação Continuada.

~~Art. 7º O brasileiro naturalizado, domiciliado no Brasil, idoso ou com deficiência, observados os critérios estabelecidos neste Regulamento, que não perceba qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, nacional ou estrangeiro, salvo o da assistência médica, é também beneficiário do Benefício de Prestação Continuada.~~

Art. 7º O brasileiro naturalizado, domiciliado no Brasil, idoso ou com deficiência, observados os critérios estabelecidos neste Regulamento, que não perceba qualquer outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, nacional ou estrangeiro, salvo o da assistência médica e no caso de recebimento de pensão especial de natureza indenizatória, observado o disposto no inciso VI do art. 4º, é também beneficiário do Benefício de Prestação Continuada. (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

CAPÍTULO II

DA HABILITAÇÃO, DA CONCESSÃO, DA MANUTENÇÃO, DA

REPRESENTAÇÃO E DO INDEFERIMENTO

Seção I

Da Habilitação e da Concessão

Art. 8º Para fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada, o idoso deverá comprovar:

I - contar com sessenta e cinco anos de idade ou mais;

II - renda mensal bruta familiar, dividida pelo número de seus integrantes, inferior a um quarto do salário mínimo; e

~~III - não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o de assistência médica.~~

III - não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o de assistência médica e no caso de recebimento de pensão especial de natureza indenizatória, observado o disposto no inciso VI do art. 4º. (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

Parágrafo único. A comprovação da condição prevista no inciso III poderá ser feita mediante declaração do idoso ou, no caso de sua incapacidade para os atos da vida civil, do seu curador.

Art. 9º Para fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada, a pessoa com deficiência deverá comprovar:

I - ser incapaz para a vida independente e para o trabalho, observado o disposto no § 2º do art. 4º;

II - renda mensal bruta familiar do requerente, dividida pelo número de seus integrantes, inferior a um quarto do salário mínimo; e

~~III - não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o de assistência médica.~~

III - não possuir outro benefício no âmbito da Seguridade Social ou de outro regime, salvo o de assistência médica e no caso de recebimento de pensão especial de natureza indenizatória, observado o disposto no inciso VI do art. 4º. Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008

Parágrafo único. A comprovação da condição prevista no inciso III poderá ser feita mediante declaração da pessoa com deficiência ou, no caso de sua incapacidade para os atos da vida civil, do seu curador ou tutor.

Art. 10. Para fins de identificação da pessoa com deficiência e do idoso e de comprovação da idade do idoso, deverá o requerente apresentar um dos seguintes documentos:

I - certidão de nascimento;

II - certidão de casamento;

III - certificado de reservista;

IV - carteira de identidade; ou

V - carteira de trabalho e previdência social.

Art. 11. Para fins de identificação da pessoa com deficiência e do idoso e de comprovação da idade do idoso, no caso de brasileiro naturalizado, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - título declaratório de nacionalidade brasileira; e

II - carteira de identidade ou carteira de trabalho e previdência social.

Art. 12. O Cadastro de Pessoa Física deverá ser apresentado no ato do requerimento do benefício.

~~Parágrafo único. A não inscrição do requerente no Cadastro de Pessoa Física no ato do requerimento não prejudicará a análise do processo administrativo, mas será condição para a concessão do benefício.~~

§ 1º A não inscrição do requerente no Cadastro de Pessoa Física - CPF, no ato do requerimento do Benefício de Prestação Continuada, não prejudicará a análise do correspondente processo administrativo nem a concessão do benefício. Incluído pelo Decreto nº 6.564, de 2008

§ 2º Os prazos relativos à apresentação do CPF em face da situação prevista no § 1º serão disciplinados em atos específicos do INSS, ouvido o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Incluído pelo Decreto nº 6.564, de 2008

Art. 13. A comprovação da renda familiar mensal **per capita** será feita mediante Declaração da Composição e Renda Familiar, em formulário instituído para este fim, assinada pelo requerente ou seu representante legal, confrontada com os documentos pertinentes, ficando o declarante sujeito às penas previstas em lei no caso de omissão de informação ou declaração falsa.

§ 1º Os rendimentos dos componentes da família do requerente deverão ser comprovados mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I - carteira de trabalho e previdência social com as devidas atualizações;

II - contracheque de pagamento ou documento expedido pelo empregador;

III - guia da Previdência Social - GPS, no caso de Contribuinte Individual; ou

IV - extrato de pagamento de benefício ou declaração fornecida por outro regime de previdência social público ou previdência social privada.

§ 2º O membro da família sem atividade remunerada ou que esteja impossibilitado de comprovar sua renda terá sua situação de rendimento informada na Declaração da Composição e Renda Familiar.

§ 3º O INSS verificará, mediante consulta a cadastro específico, a existência de registro de benefício previdenciário, de emprego e renda do requerente ou beneficiário e dos integrantes da família.

§ 4º Compete ao INSS e aos órgãos autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, quando necessário, verificar junto a outras instituições, inclusive de previdência, a existência de benefício ou de renda em nome do requerente ou beneficiário e dos integrantes da família.

§ 5º Havendo dúvida fundada quanto à veracidade das informações prestadas, o INSS ou órgãos responsáveis pelo recebimento do requerimento do benefício deverão elucidá-la, adotando as providências pertinentes.

§ 6º Quando o requerente for pessoa em situação de rua deve ser adotado, como referência, o endereço do serviço da rede sócioassistencial pelo qual esteja sendo acompanhado, ou, na falta deste, de pessoas com as quais mantém relação de proximidade.

§ 7º Será considerado família do requerente em situação de rua as pessoas elencadas no inciso V do art. 4º, desde que convivam com o requerente na mesma situação, devendo, neste caso, ser relacionadas na Declaração da Composição e Renda Familiar.

§ 8º Entende-se por relação de proximidade, para fins do disposto no § 6º, aquela que se estabelece entre o requerente em situação de rua e as pessoas indicadas pelo próprio requerente como pertencentes ao seu ciclo de convívio que podem facilmente localizá-lo. (Incluído pelo Decreto nº 6.564, de 2006)

Art. 14. O Benefício de Prestação Continuada deverá ser requerido junto às agências da Previdência Social ou aos órgãos autorizados para este fim.

Parágrafo único. Os formulários utilizados para o requerimento do benefício serão disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, INSS, órgãos autorizados ou diretamente em meios eletrônicos oficiais, sempre de forma acessível, nos termos do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.

Art. 15. A habilitação ao benefício dependerá da apresentação de requerimento, preferencialmente pelo requerente, juntamente com os documentos necessários.

§ 1º O requerimento será feito em formulário próprio, devendo ser assinado pelo requerente ou procurador, tutor ou curador.

§ 2º Na hipótese de não ser o requerente alfabetizado ou de estar impossibilitado para assinar o pedido, será admitida a aposição da impressão digital na presença de funcionário do órgão recebedor do requerimento.

§ 3º A existência de formulário próprio não impedirá que seja aceito qualquer requerimento pleiteando o benefício, desde que nele constem os dados imprescindíveis ao seu processamento.

§ 4º A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo de recusa liminar do requerimento do benefício.

Art. 16. A concessão do benefício à pessoa com deficiência ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde - CIF, estabelecida pela Resolução da Organização Mundial da Saúde nº 54.21, aprovada pela 54ª Assembléia Mundial da Saúde, em 22 de maio de 2001.

§ 1º A avaliação da deficiência e do grau de incapacidade será composta de avaliação médica e social.

§ 2º A avaliação médica da deficiência e do grau de incapacidade considerará as deficiências nas funções e nas estruturas do corpo, e a avaliação social considerará os fatores ambientais, sociais e pessoais, e ambas considerarão a limitação do desempenho de atividades e a restrição da participação social, segundo suas especificidades.

~~§ 3º As avaliações de que trata o § 1º serão realizadas, respectivamente, pela perícia médica e pelo serviço social do INSS.~~

§ 3º As avaliações de que trata o § 1º deste artigo serão realizadas, respectivamente, pela perícia médica e pelo serviço social do INSS, por meio de instrumentos desenvolvidos

especificamente para este fim. (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

§ 4º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o INSS implantarão as condições necessárias para a realização da avaliação social e a sua integração à avaliação médica.

Art. 17. Na hipótese de não existirem serviços pertinentes para avaliação da deficiência e do grau de incapacidade no município de residência do requerente ou beneficiário, fica assegurado o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura, devendo o INSS realizar o pagamento das despesas de transporte e diária, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social.

§ 1º Caso o requerente ou beneficiário necessite de acompanhante, a viagem deste deverá ser autorizada pelo INSS, aplicando-se o disposto no **caput**.

§ 2º O valor da diária paga ao requerente ou beneficiário e seu acompanhante será igual ao valor da diária concedida aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Caso o requerente ou beneficiário esteja impossibilitado de apresentar-se ao local de realização da avaliação da incapacidade a que se refere o **caput**, os profissionais deverão deslocar-se até o interessado.

Art. 18. A concessão do Benefício de Prestação Continuada independe da interdição judicial do idoso ou da pessoa com deficiência.

Art. 19. O Benefício de Prestação Continuada será devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos exigidos neste Regulamento.

Parágrafo único. O valor do Benefício de Prestação Continuada concedido a idoso não será computado no cálculo da renda mensal bruta familiar a que se refere o inciso VI do art. 4º, para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada a outro idoso da mesma família.

Art. 20. O Benefício de Prestação Continuada será devido com o cumprimento de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, devendo o seu pagamento ser efetuado em até quarenta e cinco dias após cumpridas as exigências.

Parágrafo único. No caso de o primeiro pagamento ser feito após o prazo previsto no **caput**, aplicar-se-á na sua atualização o mesmo critério adotado pela legislação previdenciária quanto à atualização do primeiro pagamento de benefício previdenciário em atraso.

Art. 21. Fica o INSS obrigado a emitir e enviar ao requerente o aviso de concessão ou de indeferimento do benefício, e, neste caso, com indicação do motivo.

Seção II

Da manutenção e da representação

Art. 22. O Benefício de Prestação Continuada não está sujeito a desconto de qualquer contribuição e não gera direito ao pagamento de abono anual.

Art. 23. O Benefício de Prestação Continuada é intransferível, não gerando direito à pensão por morte aos herdeiros ou sucessores.

Parágrafo único. O valor do resíduo não recebido em vida pelo beneficiário será pago aos seus herdeiros ou sucessores, na forma da lei civil.

Art. 24. O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, dentre outras, não constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência.

Art. 25. A cessação do Benefício de Prestação Continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do benefício desde que atendidos os requisitos exigidos neste Decreto.

Art. 26. O benefício será pago pela rede bancária autorizada e, nas localidades onde não houver estabelecimento bancário, o pagamento será efetuado por órgãos autorizados pelo INSS.

Art. 27. Em nenhuma hipótese o pagamento do Benefício de Prestação Continuada será antecipado.

Art. 28. O benefício será pago diretamente ao beneficiário ou ao procurador, tutor ou curador.

§ 1º O instrumento de procuração poderá ser outorgado em formulário próprio do INSS, mediante comprovação do motivo da ausência do beneficiário, e sua validade deverá ser renovada a cada doze meses.

§ 2º O procurador, tutor ou curador do beneficiário deverá firmar, perante o INSS ou outros órgãos autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome termo de responsabilidade mediante o qual se comprometa a comunicar qualquer evento que possa anular a procuração, tutela ou curatela, principalmente o óbito do outorgante, sob pena de incorrer nas sanções criminais e civis cabíveis.

Art. 29. Havendo indícios de inidoneidade acerca do instrumento de procuração apresentado para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada ou do procurador, tanto o INSS como qualquer um dos órgãos autorizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, poderão recusá-los, sem prejuízo das providências que se fizerem necessárias para a apuração da responsabilidade e aplicação das sanções criminais e civis cabíveis.

Art. 30. Somente será aceita a constituição de procurador com mais de um instrumento de procuração ou instrumento de procuração coletiva, nos casos de beneficiários representados por dirigentes de instituições nas quais se encontrem internados.

Art. 31. Não poderão ser procuradores:

I - o servidor público civil e o militar em atividade, salvo se parentes do beneficiário até o segundo grau; e

II - o incapaz para os atos da vida civil, ressalvado o disposto no art. 666 do Código Civil.

Parágrafo único. Nas demais disposições relativas à procuração observar-se-á, subsidiariamente, o Código Civil.

Art. 32. No caso de transferência do beneficiário de uma localidade para outra, o procurador fica obrigado a apresentar novo instrumento de mandato na localidade de destino.

Art. 33. A procuração perderá a validade ou eficácia nos seguintes casos:

I - quando o outorgante passar a receber pessoalmente o benefício, declarando, por escrito que cancela a procuração existente;

II - quando for constituído novo procurador;

III - pela expiração do prazo fixado ou pelo cumprimento ou extinção da finalidade outorgada;

IV - por morte do outorgante ou do procurador;

V - por interdição de uma das partes; ou

VI - por renúncia do procurador, desde que por escrito.

Art. 34. Não podem outorgar procuração o menor de dezoito anos, exceto se assistido ou emancipado após os dezesseis anos, e o incapaz para os atos da vida civil que deverá ser representado por seu representante legal, tutor ou curador.

Art. 35. O benefício devido ao beneficiário incapaz será pago ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta, e por período não superior a seis meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.

§ 1º O período a que se refere o **caput** poderá ser prorrogado por iguais períodos, desde que comprovado o andamento do processo legal de tutela ou curatela.

§ 2º O tutor ou curador poderá outorgar procuração a terceiro com poderes para receber o benefício e, nesta hipótese, obrigatoriamente, a procuração será outorgada mediante instrumento público.

§ 3º A procuração não isenta o tutor ou curador da condição original de mandatário titular da tutela ou curatela.

Seção III

Do Indeferimento

Art. 36. O não atendimento das exigências contidas neste Regulamento pelo requerente ensejará o indeferimento do benefício.

§ 1º Do indeferimento do benefício caberá recurso à Junta de Recursos do Conselho de Recursos da Previdência Social, no prazo de trinta dias, a contar do recebimento da comunicação.

§ 2º A situação prevista no art. 24 também não constitui motivo para o indeferimento do benefício.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO

Art. 37. Constituem garantias do SUAS o acompanhamento do beneficiário e de sua família, e a inserção destes à rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais.

§ 1º O acompanhamento do beneficiário e de sua família visa a favorecer-lhes a obtenção de aquisições materiais, sociais, sócioeducativas, sócio culturais para suprir as necessidades de subsistência, desenvolver capacidades e talentos para a convivência familiar e comunitária, o protagonismo e a autonomia.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto no **caput**, o acompanhamento deverá abranger as pessoas que vivem sob o mesmo teto com o beneficiário e que com este mantém vínculo parental, conjugal, genético ou de afinidade.

Art. 38. Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional da Assistência Social, sem prejuízo do previsto no art. 2º deste Regulamento:

I - acompanhar os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada no âmbito do SUAS, em articulação com o Distrito Federal, Municípios e, no que couber, com os Estados, visando a inseri-los nos programas e serviços da assistência social e demais políticas, em conformidade com o art. 11 da Lei nº 8.742, de 1993;

II - considerar a participação dos órgãos gestores de assistência social nas ações de monitoramento e avaliação do Benefício de Prestação Continuada, bem como de acompanhamento de seus beneficiários, como critério de habilitação dos municípios e Distrito Federal a um nível de gestão mais elevado no âmbito do SUAS;

III - manter e coordenar o Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do Benefício de Prestação Continuada, instituído na forma do art. 41, com produção de dados e análise de resultados do impacto do Benefício de Prestação Continuada na vida dos beneficiários, em conformidade com o disposto no art. 24 da Lei nº 8.742, de 1993;

IV - destinar recursos do Fundo Nacional de Assistência Social para pagamento, operacionalização, gestão, informatização, pesquisa, monitoramento e avaliação do Benefício de Prestação Continuada;

V - descentralizar recursos do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social ao INSS para as despesas de pagamento, operacionalização, sistemas de informação, monitoramento e avaliação do Benefício de Prestação Continuada;

VI - fornecer subsídios para a formação de profissionais envolvidos nos processos de concessão, manutenção e revisão dos benefícios, e no acompanhamento de seus beneficiários, visando à facilidade de acesso e bem-estar dos usuários desses serviços.

VII - articular políticas intersetoriais, intergovernamentais e interinstitucionais que afiancem a completude de atenção às pessoas com deficiência e aos idosos, atendendo ao disposto no § 2º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 1993; e

VIII - atuar junto a outros órgãos, nas três esferas de governo, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão do Benefício de Prestação Continuada.

Art. 39. Compete ao INSS, na operacionalização do Benefício de Prestação Continuada:

I - receber os requerimentos, conceder, manter, revisar, suspender ou fazer cessar o benefício, atuar nas contestações, desenvolver ações necessárias ao ressarcimento do beneficiário e participar de seu monitoramento e avaliação;

II - verificar o registro de benefícios previdenciários e de emprego e renda em nome do requerente ou beneficiário e dos integrantes do grupo familiar, em consonância com a definição estabelecida no inciso VI do art. 4º;

III - realizar a avaliação médica e social da pessoa com deficiência, de acordo com as normas a serem disciplinadas em atos específicos;

IV - realizar o pagamento de transporte e diária do requerente ou beneficiários e seu

acompanhante, com recursos oriundos do FNAS, nos casos previstos no art. 17.

V - realizar comunicações sobre marcação de perícia médica, concessão, indeferimento, suspensão, cessação, ressarcimento e revisão do benefício;

VI - analisar defesas, receber recursos pelo indeferimento e suspensão do benefício, instruir e encaminhar os processos à Junta de Recursos;

VII - efetuar o repasse de recursos para pagamento do benefício junto à rede bancária autorizada ou entidade conveniada;

VIII - participar juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da instituição de sistema de informação e alimentação de bancos de dados sobre a concessão, indeferimento, manutenção, suspensão, cessação, ressarcimento e revisão do Benefício de Prestação Continuada, gerando relatórios gerenciais e subsidiando a atuação dos demais órgãos no acompanhamento do beneficiário e na defesa de seus direitos;

IX - submeter à apreciação prévia do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome quaisquer atos em matéria de regulação e procedimentos técnicos e administrativos que repercutam no reconhecimento do direito ao acesso, manutenção e pagamento do Benefício de Prestação Continuada;

X - instituir, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização do Benefício de Prestação Continuada; e

XI - apresentar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome relatórios periódicos das atividades desenvolvidas na operacionalização do Benefício de Prestação Continuada e na execução orçamentária e financeira dos recursos descentralizados.

Art. 40. Compete aos órgãos gestores da assistência social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com o disposto no § 2º do art. 24 da Lei nº 8.742, de 1993, promover ações que assegurem a articulação do Benefício de Prestação Continuada com os programas voltados ao idoso e à inclusão da pessoa com deficiência.

CAPÍTULO IV

DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 41. Fica instituído o Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, que será mantido e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social, Estados, Distrito Federal e Municípios, como parte da dinâmica do SUAS.

§ 1º O Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do Benefício de Prestação Continuada, baseado em um conjunto de indicadores e de seus respectivos índices, compreende:

I - o monitoramento da incidência dos beneficiários e dos requerentes por município brasileiro e no Distrito Federal;

II - o tratamento do conjunto dos beneficiários como uma população com graus de risco e vulnerabilidade social variados, estratificada a partir das características do ciclo de vida do requerente, sua família e da região onde vive;

III - o desenvolvimento de estudos intersetoriais que caracterizem comportamentos da população beneficiária por análises geo-demográficas, índices de mortalidade, morbidade, entre

outros, nos quais se inclui a tipologia das famílias dos beneficiários e das instituições em que eventualmente viva ou conviva;

IV - a instituição e manutenção de banco de dados sobre os processos desenvolvidos pelos gestores dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para inclusão do beneficiário ao SUAS e demais políticas setoriais;

V - a promoção de estudos e pesquisas sobre os critérios de acesso, implementação do Benefício de Prestação Continuada e impacto do benefício na redução da pobreza e das desigualdades sociais;

VI - a organização e manutenção de um sistema de informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, com vistas ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações; e

VII - a realização de estudos longitudinais dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

§ 2º As despesas decorrentes da implementação do Programa a que se refere o **caput** correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas anualmente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 42. O Benefício de Prestação Continuada deverá ser revisto a cada dois anos, para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem, conforme dispõe o art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993, passando o processo de reavaliação a integrar o Programa Nacional de Monitoramento e Avaliação do Benefício de Prestação Continuada.

Parágrafo único. A reavaliação do benefício de que trata o **caput** será feita na forma disciplinada em ato conjunto específico do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério da Previdência Social, ouvido o INSS.

CAPÍTULO V

DA DEFESA DOS DIREITOS E DO CONTROLE SOCIAL

Art. 43. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome deverá articular os Conselhos de Assistência Social, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente e da Saúde para que desenvolvam o controle e a defesa dos direitos dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

Art. 44. Qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, especialmente os Conselhos de Direitos, os Conselhos de Assistência Social e as Organizações Representativas de pessoas com deficiência e de idosos, é parte legítima para provocar a iniciativa das autoridades do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Previdência Social, do INSS, do Ministério Público e órgãos de controle social, fornecendo-lhes informações sobre irregularidades na aplicação deste Regulamento, quando for o caso.

Art. 45. Qualquer cidadão que observar irregularidade ou falha na prestação de serviço referente ao Benefício de Prestação Continuada poderá comunicá-las às Ouvidorias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério da Previdência Social, observadas as atribuições de cada órgão e em conformidade com as disposições específicas de cada Pasta.

Parágrafo único. Eventual restrição ao usufruto do Benefício de Prestação Continuada mediante retenção de cartão magnético ou qualquer outra medida congênere praticada por terceiro será objeto das medidas cabíveis.

Art. 46. Constatada a prática de infração penal decorrente da concessão ou da manutenção do Benefício de Prestação Continuada, o INSS aplicará os procedimentos cabíveis,

independentemente de outras penalidades legais.

CAPÍTULO VI

DA SUSPENSÃO E DA CESSAÇÃO

Art. 47. O Benefício de Prestação Continuada será suspenso se comprovada qualquer irregularidade na concessão ou manutenção, ou se verificada a não continuidade das condições que deram origem ao benefício.

§ 1º Ocorrendo as situações previstas no **caput** será concedido ao interessado o prazo de dez dias, mediante notificação por via postal com aviso de recebimento, para oferecer defesa, provas ou documentos de que dispuser.

§ 2º Esgotado o prazo de que trata o § 1º sem manifestação da parte ou não sendo a defesa acolhida, será suspenso o pagamento do benefício e, notificado o beneficiário, será aberto o prazo de trinta dias para interposição de recurso à Junta de Recurso do Conselho de Recursos da Previdência Social.

§ 3º Decorrido o prazo concedido para interposição de recurso sem manifestação do beneficiário, ou, caso não seja o recurso provido, o benefício será cessado, comunicando-se a decisão ao interessado.

§ 4º Na impossibilidade de notificação do beneficiário para os fins do disposto no § 1º, por motivo de sua não localização, o pagamento será suspenso até o seu comparecimento e regularização das condições necessárias à manutenção do benefício.

Art. 48. O pagamento do benefício cessa:

I - no momento em que forem superadas as condições que lhe deram origem;

II - em caso de morte do beneficiário; e

III - em caso de morte presumida ou de ausência do beneficiário, declarada em Juízo.

Art. 49. A falta de comunicação de fato que implique a cessação do Benefício de Prestação Continuada e a prática, pelo beneficiário ou terceiros, de ato com dolo, fraude ou má-fé, obrigará a tomada das medidas jurídicas necessárias pelo INSS visando à restituição das importâncias recebidas indevidamente, independentemente de outras penalidades legais.

§ 1º O pagamento do valor indevido será atualizado pelo mesmo índice utilizado para o reajustamento dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social e deverá ser restituído, observado o disposto no § 2º, no prazo de até noventa dias contados da data da notificação, sob pena de inscrição em Dívida Ativa.

§ 2º Na hipótese de o beneficiário permanecer com direito ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada ou estar em usufruto de outro benefício previdenciário regularmente concedido pelo INSS, poderá devolver o valor indevido de forma parcelada, atualizado nos moldes do § 1º, em tantas parcelas quantas forem necessárias à liquidação do débito de valor equivalente a trinta por cento do valor do benefício em manutenção.

§ 3º A restituição do valor devido poderá ser feita de uma única vez ou em até três parcelas, desde que a liquidação total se realize no prazo a que se refere o § 1º, ressalvado o pagamento em consignação previsto no § 2º.

§ 4º Vencido o prazo a que se refere o § 3º, o INSS tomará providências para inclusão do

débito em Dívida Ativa.

§ 5º O valor ressarcido será repassado pelo INSS ao Fundo Nacional de Assistência Social.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

~~Art. 50. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o INSS terão o prazo até 31 de julho de 2008 para implementar a avaliação da deficiência e do grau de incapacidade prevista no art. 16.~~

~~Parágrafo único. A avaliação da deficiência e da incapacidade, até que se cumpra o disposto no § 4º do art. 16, ficará restrita à avaliação médica.~~

Art. 50. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o INSS terão prazo até 31 de maio de 2009 para implementar a avaliação da deficiência e do grau de incapacidade prevista no art. 16. (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

Parágrafo único. A avaliação da deficiência e da incapacidade, até que se cumpra o disposto no § 4º do art. 16, ficará restrita ao exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do INSS. (Redação dada pelo Decreto nº 6.564, de 2008)

Anexo D – Lei nº 9.720, de 30 de novembro de 1998 .

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.720, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1998.

Conversão da MPv nº 1.501 de 12 de 1998

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, adotou a Medida Provisória nº 1.501 de 12 de 1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos abaixo indicados da Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

.....

..... a partir da realização da II Conferência Nacional de Assistência Social em 1997, convocar ordinariamente a cada quatro anos a Conferência Nacional de Assistência Social, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

....." (NR)

Art. 20.

§ 1º Para os efeitos do disposto no **caput**, entende-se como família o conjunto de pessoas elencadas no art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, desde que vivam sob o mesmo teto.

.....

§ 6º A concessão do benefício ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

§ 7º Na hipótese de não existirem serviços no município de residência do beneficiário, fica assegurado, na forma prevista em regulamento, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal estrutura.

§ 8º A renda familiar mensal a que se refere o § 3º deverá ser declarada pelo requerente ou seu representante legal, sujeitando-se aos demais procedimentos previstos no regulamento para o

deferimento do pedido." (NR)

"Art. 29.

Parágrafo único. Os recursos de responsabilidade da União destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada, previstos no art. 20, poderão ser repassados pelo Ministério da Previdência e Assistência Social diretamente ao INSS, órgão responsável pela sua execução e manutenção." (NR)

"Art. 30.

Parágrafo único. É, ainda, condição para transferência de recursos do FNAS aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social, a partir do exercício de 1999." (NR)

"Art. 37. O benefício de prestação continuada será devido após o cumprimento, pelo requerente, de todos os requisitos legais e regulamentares exigidos para a sua concessão, inclusive apresentação da documentação necessária, devendo o seu pagamento ser efetuado em até quarenta e cinco dias após cumpridas as exigências de que trata este artigo.

Parágrafo único. No caso de o primeiro pagamento ser feito após o prazo previsto no **caput**, aplicar-se-á na sua atualização o mesmo critério adotado pelo INSS na atualização do primeiro pagamento de benefício previdenciário em atraso." (NR)

"Art. 38. A idade prevista no art. 20 desta Lei reduzir-se-á para sessenta e sete anos a partir de 1º de janeiro de 1998." (NR)

Art. 2º Os órgãos envolvidos nas ações mencionadas no § 6º do art. 20 e no art. 37 da Lei nº 8.742, de 1993, deverão, até 31 de dezembro de 1995, adaptar-se e organizar-se para atender ao que consta daqueles dispositivos.

Art. 3º O requerimento de benefício de prestação continuada, de que trata o art. 37 da Lei nº 8.742, de 1993, será protocolizado a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 4º A revisão do benefício de prestação continuada prevista no art. 21 da Lei nº 8.742, de 1993, terá início em 1º de setembro de 1997.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.599-50, de 22 de outubro de 1998.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 30 de novembro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Anexo E – Projeto de Lei nº 3077, de 2008.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº. 3077, DE 2008

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Autor: Poder Executivo

Relator: Raimundo Gomes de Matos

I – RELATÓRIO

Em 25 de março de 2008 foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3077/2008, de iniciativa do Poder Executivo - MSC 119/2008, com a intenção de estabelecer objetivos para o Sistema Único de Assistência Social - SUAS e sua composição descentralizada e participativa, integrada pelos três entes federativos; reduz para 65 (sessenta e cinco) anos a idade mínima para o idoso receber o benefício de prestação continuada - BPC; define a proteção social básica e especial; cria o CRAS e CREAS.

Na Câmara, o PL foi distribuído pela Mesa Diretora às Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF); Finanças e Tributação (Art.54 RICD e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em conformidade com os artigos 24 e 54 do Regimento Interno. A Proposição está sujeita a apreciação conclusiva pelas Comissões e tramita em regime de Prioridade.

Na Exposição de Motivos que acompanhou o Projeto de Lei Governamental, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias de Sousa, assim explicitou as razões da citada Proposição: *“Desde a IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, ganha força uma nova agenda política para o*

reordenamento da gestão das ações descentralizadas e participativas de assistência social no Brasil, na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, modelo de gestão para todo território nacional, que integra os três entes federativos e objetiva consolidar o sistema descentralizado e participativo, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Desse modo, a proposta denomina o sistema descentralizado e participativo referido no art.6º da LOAS, como Sistema Único de Assistência Social – SUAS e, organiza as ações socioassistenciais para que sejam ofertadas com foco prioritário nas famílias e tendo como base de organização o território.

A iniciativa visa, ainda, estabelecer regras gerais quanto à gestão, o controle social, o monitoramento e a avaliação da política de assistência social, além de promover ajustes pontuais na LOAS, como as definições de benefícios eventuais e dos critérios de acesso aos benefícios eventuais e de prestação continuada”.

No âmbito da Comissão de Seguridade Social e Família foram apresentadas dezoito emendas ao Projeto de Lei nº 3077/2008, dentro do prazo regimental.

O nobre Deputado Mário Heringer apresentou dez emendas. A **emenda nº 1** propõe uma nova redação ao art. 1º com a inclusão dos arts 12, e 21; a **emenda nº 2** propõe suprimir no art. 6º § 1º a expressão “foco prioritário na família” por contrapor-se ao art. 203 da Constituição Federal; a **emenda nº 3** altera a redação do § 1º do art. 22 e acrescenta o § 4º para considerar a renda mínima como um dos critérios na concessão dos Benefícios Eventuais; na

emenda nº 4 acrescenta ao § 2º do art. 21, responsabilidades administrativas, cíveis e penais, cabíveis quando constatada irregularidades na concessão do Benefício de Prestação Continuada – BPC; a **emenda nº 5** exclui do § 1º do art. 20 alguns integrantes da composição familiar ali relacionada; a **emenda nº 6** altera o § 6º do art. 20, para sujeitar a pessoa com deficiência ao exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; a **emenda nº 7** acrescenta no Parágrafo Único do art. 16, que o órgão gestor de assistência social deva garantir as despesas referentes as passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil “quando comprovarem estar no exercício de

suas atribuições”; a **emenda nº 8** acrescenta no inciso II a expressão “e outras causas de vulnerabilidade social”; a **emenda nº 9** acrescenta a mesma expressão nos arts. 13,14 e 15 e, finalmente na **emenda nº 10** os § 1º e § 6º do art. 20 tem a mesma redação das emendas nº 5 e nº 6.

O ilustre Deputado Eduardo Barbosa apresentou 07 emendas. Na **emenda nº 11** foram acrescentados o art. 3º e incisos I, II e III, ao art. 1º, para conceituar entidades e organizações de assistência social; a **emenda nº 12** acrescenta o art. 6º- C ao art. 2º, propondo que as proteções sociais básica e especial poderão ser também ofertadas pelas entidades sem fins lucrativos, de assistência social, nos termos do art. 3º deste Projeto de Lei; a **emenda nº 13** ao tratar da representação da sociedade civil no CNAS altera a redação do inciso II, do art.17, em conformidade com o art. 3º deste Projeto de Lei; A **emenda nº 14** substitui no § 5º, do art. 20, a expressão “situação de internado” por “condição de abrigo em instituições de longa permanência”; a **emenda nº 15** acrescenta redação ao art. 21, § 3º, para tratar da continuidade da concessão do BPC e, § 4º, para prever nova concessão do BPC quando da saída do beneficiário do mercado de trabalho, desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento; a **emenda nº 16** propõe acrescentar onde couber, ao art. 2º do Projeto de Lei, os incisos I e II, referentes ao órgão gestor do Benefício de Prestação Continuada – BPC, e às famílias cadastradas para usufruir dos programas de transferência de renda distintos do Benefício de Prestação Continuada – BPC; a **emenda nº 17** modifica a redação do § 3º, do

art. 20, alterando de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo o valor da renda familiar per capita mensal para concessão do Benefício de Prestação Continuada à pessoa com deficiência ou idosa.

O nobre Deputado João Dado apresentou a **Emenda Substitutiva nº 18** ao Projeto de Lei 3077/2008, alterando os arts. 2º ao 28 e 36 da LOAS, objetivando buscar coerência e unidade conceitual a todo conteúdo do Projeto de Lei e adequá-lo aos conceitos constitucionalmente previstos.

É o Relatório.

II – ANÁLISE E VOTO DO RELATOR

Nos últimos anos a política de Assistência Social conquistou patamares de regulação, em especial, no âmbito da gestão, que requer um completo e amplo reordenamento de seu arcabouço legal, bem como, no imperativo de reestruturar a capacidade técnico operativa do órgão gestor federal pela assistência social, a saber, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As instâncias deliberativas da política de assistência social, consubstanciadas nos Conselhos em todas as esferas, as Conferências igualmente realizadas em todos os âmbitos da federação, a ampla e renovada participação de entidades, usuários, trabalhadores, requerem uma legislação aprimorada, que assegure e projete nos próximos decênios, até que se faça mister nova avaliação do marco legal, uma lei que efetive o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Para o alcance do presente Relatório, lançamos mão de algumas estratégias de participação popular, mobilização social, divulgação e coleta de abaixo assinados, que vieram a enriquecer o estudo e análise das proposições consignadas, a saber:

- 1 – Reuniões com Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- 2 - Reuniões com Conselhos Municipais de Assistência Social;
- 3 – Reuniões com Associações representativas de Universidades;
- 4 – Reuniões com Colegiados de Gestores Municipais de Assistência Social;
- 5 – Audiências Públicas em 48 municípios do Estado de Mato Grosso, coordenadas pela Secretaria Adjunta de Assistência Social, com a participação das Câmaras de Vereadores, gestores, conselheiros, usuários e trabalhadores da assistência social. saúde, educação e sociedade civil organizada;

6 – Disponibilização do Portal do CNAS para coleta de apoio ao PL 3077/08, com 127 assinaturas de manifestação de apoio ao PL/SUAS oriundas dos mais diversos estados brasileiros;

7 – Recepção de abaixo assinados de diferentes estados, municípios e organizações sociais, com destaque para o Estado do Paraná que mobilizou suas universidades, seus órgãos gestores e conselhos municipais e Encontros Macro Regionais de Avaliação e Implementação do SUAS e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, coletando 889 (oitocentas e oitenta e nove) assinaturas declarando apoio à aprovação deste Projeto de Lei.

Isso em conta, nosso Relatório, que será apresentado ao final deste arrazoado legislativo, foi elaborado com base no Projeto de Lei nº 3077/2008 conforme apresentado pelo Poder Executivo, nas emendas elaboradas pelos Ilustres Parlamentares e pelas notáveis e válidas contribuições recebidas que trataram o tema em sua extensão e profundidade.

Relataremos, a seguir, o exame do mérito socioassistencial das 18 (dezoito) emendas tempestivamente apresentadas ao PL nº 3077/2008, no âmbito da CSSF.

As Emendas nº 1, 8 e 9 de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, prevê a inclusão de nova redação ao inciso II, do artigo 12, inciso II, do artigo 13, inciso III, do artigo 14 e inciso III, do artigo 15, a saber, “e outras causas de vulnerabilidade social”, após o texto vigente “projetos de enfrentamento da pobreza”. A rigor, é imperioso considerar todas as causas estruturantes da pobreza e propor ações no seu enfrentamento, portanto, e “outras causas”

segmenta a pobreza e suas facetas. A expressão resta prejudicada na sua proposição nos incisos em tela, bem como, as que dizem respeito às emendas 4, 5 e 10, abaixo comentadas, restando **portanto rejeitadas as emendas;**

A Emenda nº 2, de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, foi **acolhida no seu mérito** e, na ausência de redação substitutiva, para assegurar os objetivos do SUAS, reafirmamos o que prevê a Constituição Federal, conforme expresso pelo Deputado, portanto, **acolhemos a emenda no seu mérito** e ajustamos sua redação;

A Emenda nº 3, de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, propõem a uniformização nacional dos valores dos benefícios eventuais e, considerando que, estes serão deliberados por competência e em consonância com os Conselhos de Assistência Social, assegurado a autonomia de cada ente federado e, considerando ainda que um mesmo benefício eventual, pode não replicar em outros municípios, **no seu mérito a emenda resta prejudicada, portanto, rejeitada;**

A emenda nº 4, de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, que acresce redação no âmbito do BPC, quando de seu cancelamento, propõem a inclusão de imputação de responsabilidades cíveis e criminais ao uso irregular. A legislação atinente ao cuidado e segurança da aplicação do BPC é suficiente e garantidora dessa condição, razão pela qual, **resta prejudicada a emenda, portanto, rejeitada;**

As emendas nº 5 e 10, de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, propõem nova redação ao art. 20 da Lei 8742/93, para fins de compreender, quem, na composição familiar, pode requerer o BPC, em contraposição disposto no art. 16, da Lei 8213/91, portanto, prejudicando a referida emenda razão pela qual, **rejeitamos a emenda;**

A emenda nº 6, de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, propõem alcançar nova redação ao parágrafo 6º, do artigo 20, da Lei 8742/93, que trata do BPC, incluindo a pessoa portadora de deficiência (sic), para fins de perícia

médica junto ao INSS; essa condição já é legalmente assegurada, como previsto no atual parágrafo, tanto para o idoso, quanto para a pessoa com deficiência, em redação mais abrangente, uma análise médico-pericial, com profissionais da área, que emitirão o correto parecer para sua inclusão ou não junto ao BPC, **restando a emenda prejudicada, portanto, rejeitada;**

A emenda nº 7, de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, propõem nova redação ao PL 3077, no parágrafo único do artigo 16, que acrescentará nova redação na Lei 8742/93, propondo comprovação do exercício de conselheiro, para perceber todo o apoio logístico e financeiro para o cumprimento de suas funções. A redação proposta no texto do PL 3077/08 é cuidadosa ao aplicar o termo "quando estiverem" ao invés de "comprovarem estar", porque o mandato de Conselheiro, em qualquer esfera, tem começo e fim, ou seja, estando nesse exercício temporal de controle social, ele detém todas as prerrogativas para o fiel cumprimento de suas atribuições. Ainda que pareça preciosismo de semântica, a redação do PL 3077/08 é melhor tratada no respeito aos milhares de homens e mulheres que se dedicam na função de Conselheiros da política de Assistência Social, **restando portanto prejudicada e rejeitada a emenda;**

As emendas nº 8 e 9 de autoria do nobre Deputado Mário Heringer, prevê a inclusão de nova redação ao inciso II, do artigo 12, inciso II, do artigo 13, inciso III, do artigo 14 e inciso III, do artigo 15, a saber, "e outras causas de vulnerabilidade social", após o texto vigente "projetos de enfrentamento da pobreza". A rigor, é imperioso considerar todas as causas estruturantes da pobreza e propor ações no seu enfrentamento, portanto, e "outras causas" têm-

se a impressão de que estamos segmentando a pobreza e suas facetas. A expressão resta prejudicada na sua proposição nos incisos em tela, **portanto, rejeitamos a emenda;**

A emenda nº 11, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, acrescenta redação ao art. 3º da Lei 8742/93, em consonância com o Decreto

6.308/08, que define quem são e o que fazem as entidades de assistência social. Esta redação qualifica a Lei 8742/93, trazendo melhor entendimento e definição para todos os atores da política de assistência social, definição esta que foi construída com milhares de mãos e mentes em todo o território nacional, razão pela qual, **acatamos a emenda;**

A emenda nº 12, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, acrescenta redação no art. 2º deste PL 3077/08, em caráter aditivo ao art. 6º C, que passou a vigorar como o 6º D, reconhecendo a relação complementar e suplementar da rede socioassistencial composta pelas entidades de assistência social, já consagrado em normas recentes, imprimindo reconhecimento e qualidade ao Sistema Único de Assistência Social- SUAS, portanto, **acatamos a emenda;**

A emenda nº 13, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, acrescenta redação ao inciso II, do art. 17, que disciplina a composição de representantes do CNAS. Já é líquido e certo que as entidades de assistência social, poderão, sob a forma da Carta Magna, Código Civil e Código Tributário

Nacional, serem específicas de assistência social e/ou mistas de assistência social, isso tudo, em consonância com o novo art. 3º, por mim acolhido como meritório, o que resguarda a preocupação do nobre Deputado. Acolher a emenda na sua formulação seria cercear as entidades na sua natureza jurídica, sem prejuízo do que define o Decreto 6308/07. **Portanto, rejeitamos a emenda;**

A emenda nº 14, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, acrescenta redação ao parágrafo 5º, do art. 20, da Lei 8742/93, reconceituando as unidades e espaços físicos que acolhem e assistem as pessoas idosas e com deficiência, já amplamente consagrado e utilizado, que destitui o termo “abrigo de idoso e/ou para pessoa portadora de deficiência” para “instituição de

longa permanência” para idosos e/ou pessoas com deficiência. **Acolhemos a emenda;**

A emenda nº 15, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, acrescenta dois novos parágrafos ao art. 21, da Lei 8742/93, assegurando as conquistas das pessoas com deficiência, aqui considerando o BPC, já com reconhecimento em outras normas e que tem significativa implicação com a LOAS. **Acolhemos a emenda;**

A emenda nº 16, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, acrescenta redação, onde couber, de mecanismos para superação da cultura do benefício. A questão redigida transcende o que se propõem o Sistema Único de Assistência Social, em seu arcabouço legal, e cria dispositivos que poderiam engessar os operadores dessa política, bem como, órgãos correlatos que participam na execução das seguranças sociais dos cidadãos. Dado sua complexidade e que seus preceitos são diretrizes já consideradas para consecução do BPC, **rejeitamos a emenda**;

A emenda nº 17, de autoria do nobre Deputado Eduardo Barbosa, propõem a alteração do valor per capita para inclusão no BPC, de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Essa proposição tem guarida em deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social e, seguramente ampliará o acesso de novas famílias ao BPC, por conseguinte, um significativo impacto sobre o orçamento da seguridade social. Essa emenda representa um avanço na proteção social de um número significativo de famílias, que enfrentam situações de risco social derivado das contingências das causas estruturantes da pobreza, portanto, assegurar o princípio da dignidade humana sobre o econômico, ou seja, definir as políticas sociais na prioridade dos investimentos públicos, é romper o círculo vicioso que sempre exclui milhares de famílias e cidadãos de direitos, portanto, **acolhemos a emenda**.

A emenda nº 18, de autoria do nobre Deputado João Dado, acrescenta alteração em 26 artigos, quer sejam da Lei 8742/93, ou neste PL 3077/08, incidindo em alguns deles nos respectivos incisos e parágrafos. As formulações propostas, no seu conjunto, prejudicam significativamente o conceito de Sistema Único de Assistência Social, na medida em que busca retomar o tema no conceito de Seguridade Social, ou seja, dever-se-ia prever, inclusive, temas afetos às políticas de saúde e previdência social. Traz ainda a inclusão de novas formas de organizações da sociedade civil, que já estão devidamente previstas e consagradas no mundo jurídico, que possuem *locus* distinto da entidade beneficente e filantrópica. Pelo seu conjunto, **rejeitamos a emenda**.

Nosso **voto** é, portanto, pela **aceitação** das emendas nº **11, 12, 14, 15 e 17** pelo **acolhimento parcial** da emenda nº **2**, e pela **rejeição** das emendas nº **1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 16 e 18**, pelas razões já supracitadas.

Concluído nosso parecer nesta análise e voto em nível de Relatoria, procuramos, na medida do possível, ao apreciar, estudar e comparar as emendas propostas pelos distintos Parlamentares valorizá-las e incluí-las quando pertinentes, assim como, as sugestões emanadas da sociedade civil, que reuniu-se em diferentes fóruns e reuniões setoriais, em diversos estados da federação, justificando-se assim a alteração parcial na redação do inciso II do art.12. Ao lado dos objetivos específicos do governo ao enviar o PL nº 3077/2008 ao Congresso, consideramos também os aspectos envolvidos na matéria, onde apresentamos nossa contribuição na inclusão de novos artigos –

art. 30 – A; art.30 – B e art. 30- C quer fossem propostos em nível de emendas, quer de nosso próprio punho, em compreensão ao que necessitava de segurança para o êxito do Sistema Único de Assistência Social.

Buscamos dessa forma, assegurar os objetivos maiores da proposta governamental, na descentralização e desburocratização de procedimentos, celeridade, transparência e controle social, além da necessária segurança jurídica que se expressa na adoção de regras claras que devem envolver todos os agentes: **as entidades, o estado** e, principalmente, os **beneficiários das ações de assistência social**.

Sob esta mesma perspectiva propomos a criação do art. 24-A para instituir no âmbito da política de assistência social, os **Programas de Atenção Integral à Família - PAIF e de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**.

Ressaltamos que a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em seu art. 23, definiu os serviços assistenciais como atividades continuadas que visam a melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da mesma, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas pela referida lei. As ações continuadas de assistência social, por sua vez, encontram-se definidas no Decreto nº 5.085 de 19 de maio de 2004, como *“aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social que visem atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à portadora de deficiência, bem como as relacionadas com os programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes.”*

Diante disso sendo a assistência social um direito constitucional do indivíduo e estando suas ações definidas por lei como continuadas não podem sofrer solução de continuidade ou contingenciamento, motivo pelo qual as transferências correspondentes a essas ações devem ter caráter obrigatório.

Quanto ao Programa de Atenção Integral à família – PAIF e ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, são programas atualmente organizados e ofertados no âmbito do SUAS, cuja gestão e financiamento são de responsabilidade dos três entes federativos e que exigem da União a definição de normas gerais claras com objetivo de institucionalizá-los, garantir o acesso e a qualidade dos serviços à população usuária, bem como permitir um melhor controle dos gastos públicos.

Quanto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil possibilitará a ampliação da cobertura dos serviços socioeducativos e de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes, retirando-os da situação de trabalho infantil e oferecendo para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social um benefício de transferência de renda cujos valores e critérios serão definidos em regulamento pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Em 04 de dezembro de 2008 apresentamos à Comissão de Seguridade e Família nosso parecer pela aprovação deste Projeto de Lei na forma de Substitutivo conforme relatório anterior.

Encerrado o prazo para apresentação de emendas ao citado Substitutivo, foi apresentada uma emenda do nobre Deputado Eduardo Barbosa propondo que “o § 5º inserido no art.22 deve ser direcionado para o art. 20, e permanecer numerado como § 5º.” Diante do exposto, **acolhemos a emenda** supra transcrita.

E à luz dos argumentos que acabamos de apresentar, solicitamos de nossos colegas Deputados o indispensável apoio e devida aquiescência, para aprovação do Projeto de Lei 3077/08, na forma do novo Substitutivo que a seguir apresentamos.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2008.

Deputado Raimundo Gomes de Matos

Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3077 DE 2008

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

Autor: Poder Executivo

Relator: Dep. Raimundo Gomes de Matos

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 2º, 3º, 6º, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 22, 24 e 36 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A assistência social tem por objetivos:

I – a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitárias; e

e) a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

II – a vigilância social, que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III – a defesa de direitos, que visa garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

Parágrafo Único. Para o enfrentamento da pobreza a assistência social se realiza de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e promover a universalização dos direitos sociais." (NR)

"Art. 3º Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

I – são de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigido às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18;

II – são de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18; e

III – são de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

"Art. 6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com os seguintes objetivos:

I - consolidar a gestão compartilhada, o co-financiamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social, na forma do art. 6º C;

III - estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; e

IV - definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais.

§ 1º As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§ 2º O SUAS é integrado pelos entes federativos, se us respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangidas por esta Lei.

§ 3º A instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (NR).

“Art. 12.....

.....

II – co-financiar, por meio de transferência automática e obrigatória o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional.(NR)

.....

IV – Realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessoras estados, Distrito Federal e municípios para seu desenvolvimento.

“Art. 13.....

I - destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;(NR)

II – co-financiar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local. (NR)

.....

VI – realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social e assessorar os municípios para seu desenvolvimento.

Art. 14.....

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social do Distrito Federal; (NR)

.....

VI – co-financiar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local.

VII – Realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

Art.15.....

I - destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social; (NR)

.....

VI – co-financiar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local.

VII – realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

Art. 16. As instâncias deliberativas do SUAS de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, são: (NR)

.....

Parágrafo Único. Os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infra-estrutura necessária para o seu funcionamento, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Art.17.....

.....

§ 4º Os Conselhos de que tratam os incisos II, III e IV do art. 16, com competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação, deverão ser instituídos, respectivamente, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mediante lei específica. (NR)

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com sessenta e cinco anos ou

mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família. (NR)

§ 1º Para os fins do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto. (NR)

.....

§ 3º Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a ½ (meio) salário mínimo. (NR)

.....

§ 5º A condição de abrigo em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao Benefício de Prestação Continuada (NR)

§ 6º A concessão do benefício à pessoa com deficiência de que trata o caput ficará sujeita a exame médico pericial e laudo realizados pelos serviços de perícia médica do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. (NR)

Art.21.....

.....

§ 3º O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, dentre outras, não constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência.

§ 4º A cessação do Benefício de Prestação Continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impede nova concessão do benefício desde que atendidos os requisitos definidos em regulamento."

.....

Art. 22. Entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias, que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. (NR)

§ 1º A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão instituídos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e previstos nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. (NR)

§ 2º O Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ouvidas as respectivas representações de Estados e Municípios dele participantes, poderá propor, na medida das disponibilidades orçamentárias das três esferas de governo, a instituição de benefícios subsidiários no valor de até vinte e cinco por cento do salário mínimo para cada criança de até seis anos de idade. (NR)

§ 3º Os benefícios eventuais subsidiários não poderão ser cumulados com aqueles instituídos pelas Leis nos 10.954, de 29 de setembro de 2004, e 10.458, de 14 de maio de 2002. (NR)

"Art. 24.....

.....

§ 2º Os programas voltados ao idoso e à integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 desta Lei. (NR)

Art. 28.....

§ 1º Cabe ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social nas três esferas de governo gerir o Fundo de

Assistência Social, sob orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social. (NR)

.....

§ 3º O financiamento da assistência social no SUAS deve ser efetuado mediante co-financiamento dos três entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política.

"Art. 36. As entidades e organizações de assistência social que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhes foram repassados pelos poderes públicos terão a sua vinculação ao SUAS cancelada, sem prejuízo de responsabilidade civil e penal." (NR)

Art. 2º A Lei no 8.742, de 1993, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 6º A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e

aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Parágrafo Único. A vigilância social é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art. 6º- B. As proteções sociais básica e especial que compõem a rede socioassistencial serão ofertadas de forma integrada diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.

§ 1º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

§ 2º Para o reconhecimento referido no § 1º, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - constituição em conformidade com o disposto no art. 3º;

II - inscrição em Conselho Municipal ou do Distrito Federal, na forma do art. 9º;

III - integrar o sistema de cadastro de entidades de que trata o inciso XI do art. 19;

IV - atender, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, independentemente do recebimento direto de recursos públicos, respeitada sua capacidade de atendimento. (NR)

§ 3º O cumprimento do disposto no inciso IV do § 2º será informado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pelo órgão gestor local da assistência social.

Art. 6º C. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, e pelas entidades sem fins lucrativos, de assistência social, instituídos no âmbito do SUAS, nos termos do art. 3º desta Lei. (NR)

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Art. 6º D. As instalações do CRAS e do CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes reservados para recepção das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade das pessoas idosas e com deficiência.(NR)

Art. 6º E - Os recursos do co-financiamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Parágrafo Único. A formação das equipes de referência deverá considerar o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários, conforme deliberações do CNAS.

Art. 24- A Ficam instituídos:

I – O Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, que integra a proteção Social Básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, por meio do Trabalho Social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito a convivência familiar e comunitária;

II – O Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil – PETI, no âmbito da política de assistência social, contemplando a transferência de renda, o Trabalho Social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontrem em situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e erradicação de todas as formas de trabalho infantil.

Parágrafo Único – O regulamento definirá os procedimentos e diretrizes do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF e Programa de Erradicação ao trabalho Infantil – PETI, bem como a renda **per capita** das famílias para efeito de recebimento da transferência de renda oriunda do PETI.

Art. 30 – A. O co-financiamento dos serviços, programas, projetos, benefícios eventuais, no que couber, e aprimoramento da gestão da política de assistência social no SUAS se efetua por meio de transferências automáticas entre os fundos de assistência social e mediante alocação de recursos próprios nesses fundos nas três esferas de governo.

Parágrafo Único. As transferências automáticas de recursos entre os fundos de assistência social executadas à conta do orçamento da seguridade social, conforme art. 204 da Constituição Federal, caracterizam-se como despesa pública com a Seguridade Social, na forma do art. 24 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.(NR)

Art. 30 – B. Caberá ao ente federado responsável pela execução dos recursos do respectivo Fundo de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios, por meio dos seus respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.” (NR)

Art. 30 – C. A execução dos recursos federais descentralizados aos fundos de assistência social dos Estados, Distrito Federal e Municípios será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do respectivo Conselho de Assistência Social, que comprove a execução das ações na forma de regulamento. (NR)

Parágrafo Único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização. (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o art.38 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Brasília,

Deputado Raimundo Gomes de Matos

Relator